



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2013-CRA, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Cícero Lucena e Jayme Campos, a qual tem por finalidade analisar e discutir o Plano Safra 2013/2014, a regularização fundiária, bem como a questão da armazenagem no Brasil, com a presença dos Ex^{mos} Srs. Antônio Andrade, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Pepe Vargas, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Comunico à Comissão que o Sr. Ministro da Agricultura se faz acompanhar do Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); do Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); bem como do Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Gostaríamos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Com a palavra o Sr. Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Antes de começarmos a nossa audiência pública, eu peço a V. Ex^a a oportunidade de colocar em votação um requerimento.

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Exatamente. Parece que V. Ex^a, telepaticamente, tomou conhecimento de que eu já estava com o documento em mão para fazer a devida comunicação ao Plenário.

O Senador Acir Gurgacz apresenta requerimento. E gostaríamos, com a anuência do Plenário, de fazer a leitura e, logicamente, submeter à votação antes mesmo de iniciarmos a nossa audiência pública, que deverá se estender por algumas horas, visto que tratará de assuntos da maior importância e de profundo interesse para o agronegócio nacional.

Requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 41, de 2013



Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 18 de outubro de 2013, às 14 horas, para discutir a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados a aquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Solicita a presença dos seguintes convidados: Secretário-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho; Fundação Nacional do Índio (Funai); Ministério da Justiça; Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia, Sr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Sr. Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento, para justificar o encaminhamento desse documento para fazermos esse ciclo de debates.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco de Apoio Governo - PDT/RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Benedito de Lira, inicialmente, por aceitar o nosso pedido e colocar em votação esse requerimento.

Na última segunda-feira, estivemos reunidos em Porto Velho, a pedido do Ministério Público Federal, do Dr. Reginaldo Trindade, para debater as questões indígenas do Estado, principalmente com relação aos índios Cinta Larga. E apresento esse requerimento em função dessa reunião, pois me comprometi a trazer esse debate aqui para Brasília, a não deixar que aconteça em Porto Velho apenas; porque as questões indígenas devem ser resolvidas aqui em Brasília, não em Porto Velho.

Portanto, é esse o nosso requerimento e o nosso pedido para que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Apenas para dar uma informação a V. Ex^a e aos demais Senadores, a presença do Ministro da Justiça está confirmada para o dia 24 de outubro, para atender a requerimento que fora aprovado já há algum tempo, que trata exatamente dos conflitos indígenas nas regiões. Não é mais na região do Mato Grosso, em Rondônia, em Roraima, mas, hoje, os conflitos estão se espalhando praticamente pelo Brasil inteiro.

Tenho caso especialíssimo do meu Estado de Alagoas. Há uma cidade lá, Senador Moka, com o nome de Palmeira dos Índios. No território de Palmeira dos Índios, existem algumas tribos. Agora, os índios entenderam que toda a cidade é terra indígena. Houve até alguns conflitos lá dentro, invadiram prefeitura e outros órgãos do Município, e isso gerou realmente uma situação muito vexatória, não é mais um fato isolado nessa Região Norte ou até na Região Sul; é um fato que está abrangente no Brasil inteiro.



Feitas as justificativas, as razões desse ciclo de palestras pelo Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento, submeto à aprovação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Desde já, vou cumprimentar S. Ex^a o Sr. Ministro Pepe Vargas, nosso convidado, a quem chamo para compor a Mesa – já se encontra aqui presente.

Já se encontra também aqui no plenário desta Comissão o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a quem convido para tomar assento aqui à mesa, por favor.

Estamos aguardando a presença do Ministro da Agricultura, do Presidente da Embrapa e do Secretário Nacional de Políticas Agrícolas. Todos foram convidados por S. Ex^a, o Sr. Ministro da Agricultura.

Os requerimentos aprovados tratam destes assuntos: regularização fundiária – que ficará a critério, aqui, do eminente Ministro Pepe Vargas, Ministro da Agricultura, que trouxe o Presidente da Embrapa, o Presidente da Conab e o Secretário Nacional de Políticas Agrícolas – e Plano Safra e sistema de armazenamento, que é exatamente o objetivo principal da nossa audiência pública.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria - PP/RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Concedo a palavra a S. Ex^a, a Sr^a Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria - PP/RS) – Presidente Benedito de Lira, colegas Senadores, caro Ministro Pepe Vargas. Gaúcha que sou, Senadora do Rio Grande do Sul, e o senhor representa o nosso Estado, queria saudá-lo e desejar contínuo êxito nas suas atividades; agradecer ao Presidente da Conab e dizer, Presidente, que penso que a audiência é muito relevante e que poderíamos iniciar com a exposição do Ministro Pepe Vargas, porque daríamos já celeridade, ainda que outros convidados estejam chegando para esta audiência pública, numa demonstração de respeito pelo Ministro Pepe Vargas, que acolheu gentilmente o convite. Esse Parlamentar mantém com a Casa uma relação de cordialidade e de respeito também.

Queria, ao cumprimentá-lo, sugerir a V. Ex^a o início da exposição do Ministro Pepe Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Convido o Secretário Nacional de Política Agrícola, Neri Geller, para tomar assento, por favor.

Vamos dar continuidade a nossa audiência pública.

Queria cumprimentar o Ministro Pepe Vargas e dizer a ele da alegria que temos em recebê-lo nesta Casa para tratar desse assunto que é realmente



importante para o desenvolvimento agrícola do País. V.Exª terá o tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição e, se for necessário, logicamente, terá mais algum tempo como prorrogação.

Concedo a palavra ao Ministro Pepe Vargas como nosso primeiro convidado para fazer a sua apresentação, no que diz respeito à regularização fundiária.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Muito bom dia! Saúdo o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Benedito de Lira, os Senadores aqui presentes, Senador Acir Gurgacz, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Ruben Figueiró. Saúdo o Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; o Rubens dos Santos, Presidente da Conab; e também o nosso Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, que nos acompanha aqui.

Tínhamos entendido, Presidente, que era para fazer uma explanação sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar e regularização fundiária. Agora, estou entendendo que o objetivo dos senhores é fazer o debate do Plano Agrícola e Pecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O que diz respeito ao nosso Ministério é, exclusivamente, o tema da regularização fundiária. Como no ofício que nos chegou não ficava tão claro, vou me limitar a fazer a exposição sobre o tema regularização fundiária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria - PMDB/MS) – Presidente, desculpe.

Ministro Pepe Vargas, V. Exª estava conversando com o Senador Acir, que disse ter entendido que o requerimento pedia para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário também falasse, além da questão fundiária, do Plano Safra. Como está preparado para falar sobre isso, acho que daria uma contribuição enorme, porque, na verdade, o Plano Safra tem a parte do Ministério da Agricultura e tem também a do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Penso que o Ministro poderia falar das duas coisas, até porque se preparou para isso.

Acho importante que ele possa falar sobre as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Ministro, na verdade, o requerimento trata dessa regularização fundiária, mas, como bem disse o Senador Moka, ninguém melhor do que o senhor para tratar do Plano Safra, uma especialidade que diz respeito...

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Para nós, é indiferente, mas para...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Mas o senhor fique à vontade. O senhor pode discorrer sobre os dois temas, não há a menor dificuldade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria - PMDB/MS) – Até porque, Sr. Presidente, o lançamento desse Plano Safra é feito de forma diferenciada no



Ministério da Agricultura e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por isso que eu digo que é importante, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Olha, só para um melhor esclarecimento: os dois Ministérios, o da Agricultura e o de Desenvolvimento Agrário, são ministérios congêneres. Eles tratam praticamente dos mesmos assuntos relacionados ao agronegócio nacional. E eu queria cumprimentar o Ministro Antônio Andrade, que já se encontra aqui em seu lugar, e dizer a V. Exª que é uma alegria muito grande tê-lo na Casa participando desta audiência pública.

Ministro, V. Exª fique à vontade. Pode tratar da regulação fundiária e do Plano Safra.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Saúdo o Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, e saúdo também o Senador Sérgio Souza.

Bom, para nós não perdermos tempo, no que diz respeito à regularização fundiária, vou tratar primeiro do Programa Terra Legal Amazônia, que está sob responsabilidade da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, no âmbito do nosso Ministério.

Como os senhores sabem, a Lei 11.952, de 2009, estipulou um regramento para a regularização fundiária das terras da Amazônia Legal.

Aqui eu trago um pouco dos números. Em 2009 foi votada a lei, foi estruturada essa secretaria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, a rigor o programa começou operacionalmente em 2010. Temos aproximadamente três anos, digamos assim, de trabalho efetivo no que diz respeito à regularização fundiária na Amazônia Legal.

Nós temos já de área georreferenciada, com o trabalho de campo feito, 30 milhões de hectares. Isso significa um pouco mais do que a metade da área total a ser georreferenciada. De cerca de 59 milhões de hectares, nós temos 30 milhões de hectares já georreferenciados.

O nosso grande problema aqui – e depois eu vou falar o porquê disso – é um número ainda pequeno de títulos efetivamente entregues. Nós temos 5.400 títulos entregues, com uma área titulada de 370 mil hectares – isso de parcelas. Áreas urbanas: títulos entregues são já 207 títulos, com 17.881 hectares titulados. Destinação pública: 2 títulos, com área total de 942 mil hectares.

Além do trabalho diretamente executado pela Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, fazemos parcerias com os governos estaduais, através de repasses de recursos, para que os governos estaduais também possam desenvolver atuação nessa área.

Nós temos convênios praticamente com todos os Estados, totalizando R\$102 milhões de repasses do Governo Federal aos Estados. Os Estados, em geral, dão uma contrapartida de 10%. Então, o volume total investido dá em torno de R\$110 milhões.



Qual é o nosso desafio? E eu acho que é muito apropriado, Presidente, que a Comissão de Agricultura tenha pautado este tema. Há poucos dias, eu recebi uma comissão de Deputados da Região Amazônica, e debatemos muito este tema. Eu quero colocar aqui para os senhores, e principalmente para os Parlamentares da região da Amazônia Legal, aquilo que, para nós, é fundamental para dar mais celeridade e segurança no processo de regularização fundiária.

Antes disso, a título de lembrança, quando o projeto de lei – aliás, era uma medida provisória e não um projeto de lei –, quando a medida provisória tramitou no ano de 2009, os Parlamentares recordam que ela foi tratada como a medida provisória da regularização da grilagem. Era assim que uma parcela da opinião pública, uma parcela da mídia, uma parcela de setores da sociedade brasileira se referiram à medida provisória que o Presidente Lula encaminhou: que seria para regularizar a grilagem.

Óbvio que a medida provisória não tinha esse objetivo. A medida provisória visava a titular as terras para dar segurança jurídica a quem as ocupa e, inclusive, dar segurança ambiental, porque, se a gente não tem a quem responsabilizar porque não tem a titulação, há uma brutal insegurança, inclusive na responsabilização, sob o ponto de vista ambiental. Então o objetivo da Medida Provisória era esse, mas eu diria que a proposta teve tal cerco, que envolveu o Ministério Público, a imprensa, setores da sociedade civil organizada, com esse discurso de que iria legalizar a grilagem, que o Congresso Nacional foi colocando um conjunto de regramentos para, digamos assim, dizer que não estava querendo passar a mão em nenhuma irregularidade, e o Executivo também foi sendo acuado nesse sentido, e, na prática, produzimos uma legislação extremamente engessada, uma legislação que, se não for modificada, eu diria, nós demoraremos muitos e muitos anos para conseguir fazer uma regularização efetiva com a velocidade, com a celeridade de que as pessoas e a região precisam.

Então a primeira questão que eu queria levantar é esta: nós precisamos, sim, fazer uma alteração no marco legal. E nós entendemos que hoje há mais segurança jurídica. O próprio conhecimento da malha fundiária, os instrumentos de operacionalidade para uma política pública dessa envergadura estão mais amadurecidos. Eu diria inclusive, Sr. Presidente, que, na sociedade civil, no próprio Ministério Público, alguns setores que faziam esse discurso de que nós iríamos fazer a legalização da grilagem já perceberam que não é assim, já concordam e também já aceitam mudanças na legislação.

Nós temos uma estrutura que é o Grupo Executivo Interinstitucional, que reúne os governos estaduais, reúne o Ministério Público, reúne entidades da sociedade civil organizada e reúne órgãos do Governo Federal, que discutem o tema da regularização fundiária da Amazônia Legal. No próprio Grupo Executivo Interinstitucional, em que todos esses setores têm assento, há hoje esse debate da necessidade da alteração do marco legal.



Então eu queria, desde já, Sr. Presidente, lançar aqui um desafio que eu fiz aos Deputados que nos visitaram poucos dias atrás lá no Ministério. Eu queria propor, não só para o Senado, mas para o próprio... E lá foram os Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara. Eu acho que nós poderíamos, com a Comissão de Agricultura da Câmara e a Comissão de Agricultura do Senado, principalmente os Parlamentares, Deputados e Senadores, da região, discutir rapidamente alterações na legislação, encaminhar essa proposta de alteração para o Grupo Executivo Interinstitucional, no qual têm assento todos esses segmentos, discutir e produzir uma proposta. Eu creio que uma proposta chancelada pelo Grupo Executivo não terá maiores problemas de tramitação para a gente acelerar essa questão definitivamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria - PMDB/MS) – Ministro, desculpe interromper, mas eu me lembro bem desse debate com os Deputados Federais. Isso tomou realmente uma... É aquela coisa... Desde o tamanho da área, foi uma discussão absolutamente... Então, eu acho que a proposta do Ministro é importante. Aí, Senador Acir, V. Exª que representa aqui a Amazônia Legal, nós ajudaríamos também, todos nós, porque é fundamental rever isso. Como diz o Ministro, ficou engessada a legislação, porque era muito forte aquela afirmação: "Não, vocês estão querendo legalizar gente que grilou terra", mas, na verdade, se tratava apenas e tão somente de reconhecer pessoas que estavam lá há muito tempo, e, como disse V. Exª, não tinham a documentação, que é necessária e importante.

Era só para fazer esse registro, que eu acho muito importante.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Por exemplo, a legislação tratou de maneira distinta a forma de regularização em imóveis de até 1 módulo fiscal, de 1 a 4 módulos e acima de 4 módulos. Um dos grandes problemas, por exemplo, são as cláusulas resolutivas. Quem é da região sabe o que é pegar uma área de terra, às vezes de 1 módulo fiscal, de 2 módulos fiscais, que tem um proprietário que recebeu o título lá na década de 1970, já está no terceiro ou quarto ocupante, e ter que ir fazendo toda a questão da... Algumas das cláusulas resolutivas, inclusive, são completamente extemporâneas, digamos assim. Nós poderíamos, em alguns casos, até determinado tamanho de módulos, retirar a exigência do cumprimento das cláusulas resolutivas, só para citar um exemplo.

Existem outras questões também que envolvem decretos que nós poderíamos mudar com mais celeridade, mas eu queria colocar essa nossa disposição. Acredito que há mais maturidade, há mais segurança. A maturidade decorreu da segurança, inclusive, eu diria, para podermos fazer este debate.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – E há a confiança da sociedade, hoje, no programa, não é Ministro?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Exatamente.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Acho que o mais importante é isso. A confiança é plena, hoje, no trabalho que o MDA faz, principalmente com relação à regularização fundiária da Amazônia.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vejam que temos ali 30 milhões georreferenciados e 370 mil parcelas tituladas, 370 mil hectares. Se somarmos com área titulada em área urbana dá mais 17 mil hectares; e títulos de áreas destinadas, mais 942 mil. Então, há uma enorme quantidade de área georeferenciada, mas depois se faz toda a instrução processual para chegar ao título definitivo. É quando a coisa vai escorrendo pelos dedos, vamos dizer assim. Então, acho que é um debate que a gente poderia realizar.

Nós precisamos também de algumas definições que estamos debatendo com vários órgãos, por exemplo, a definição do conceito de cursos d'água federais e a identificação dos terrenos marginais inalienáveis. Esse é um problema que está obstruindo algumas situações, cujo debate para solução já estamos encaminhando.

Há um debate que nós já fizemos com o Conselho Nacional de Justiça sobre a atualização das matrículas de glebas. Vejam o seguinte: a equipe faz a delimitação de uma gleba federal, e alguns cartórios entendem que depois tem que haver o aceite de todos os confrontantes dessa gleba. Imaginem o trabalho que isso gera! Fizemos a conversa com o Conselho Nacional de Justiça, mas, talvez, pudéssemos, inclusive, colocar numa alteração legal a não exigência dessa questão. Eles tratam a gleba como se ela fosse uma parcela a ser titulada, digamos assim. Então, é outro tema que gera muito problema.

Simplificação dos procedimentos para reduzir o tempo de repasse de áreas para os Estados. Nós criamos, recentemente, uma câmara de conciliação, envolvendo a União e os Estados, para definir quais áreas são repassadas e quais áreas ficam efetivamente de posse da União.

Estamos, de forma bastante acelerada, já contratando um serviço para informatizar o cadastramento e as etapas de instrução processual. Hoje, o procedimento é, quase todo ele, digamos assim, manual, desde a exigência de assinatura no cadastro. Toda a instrução processual é feita manualmente. Em breve, vamos ter condição de ter todo esse procedimento informatizado.

Eu falei já da questão do Conselho Nacional de Justiça, da questão das glebas públicas federais, mas, mesmo depois dessa conversa com o Conselho Nacional de Justiça e de conversa com os cartórios, persistem alguns cartórios exigindo essa questão dos confrontantes das glebas.

Quanto ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Fundiária para automatizar a certificação, nós estamos já contratando esse serviço para desenvolver a geração automática das peças para regularização.

Muito importante: nós acreditamos que, até janeiro, nós teremos um incremento da força de trabalho. Nós estamos fazendo um concurso temporário para ampliar o quadro de servidores do Terra Legal. A tendência é que, em



janeiro, a gente tenha uns 150 servidores a mais. Praticamente todos eles, Senador Acir, trabalhando lá nos Estados. Poucos ficarão aqui, em Brasília. Então, já estamos bastante acelerados nesse processo.

Sobre a criação da Câmara Técnica de Destinação, já comentei. E estamos agora contratando, já em fase final da contratação, o georreferenciamento de mais 14 milhões de hectares. E, desses 14 milhões de hectares, boa parte é para georreferenciar parcelas, para, inclusive, agilizar o parcelamento.

Bom, afóra a regularização fundiária da Amazônia Legal, que eu diria que é o nosso maior desafio, no que diz respeito à regularização fundiária fora dos Estados da Amazônia, nós temos uma ação da Secretaria de Reordenamento Agrário e uma ação do Incra, que trabalham fundamentalmente com convênios com os Estados, com os institutos de terras dos Estados. Nós temos atualmente 70 convênios com os Estados, repassamos R\$349 milhões e já tivemos 300 mil títulos emitidos ou regularizados, sendo 40 mil títulos emitidos através dos convênios da Secretaria de Reordenamento Agrário em 19 Estados da Federação; e, do Incra, 8 Estados com 121 mil títulos – o Incra mais na Amazônia e a Secretaria de Reordenamento Agrário em outros Estados.

Senador Benedito de Lira, a maioria desses títulos emitidos no convênio com a Secretaria de Reordenamento Agrário no Nordeste brasileiro. Desses 40 mil títulos, uns 30 a 35 mil títulos são na Região Nordeste. Então, também é importante isso porque, se as pessoas não têm títulos, elas ficam fora de muitas políticas públicas, como todos nós sabemos aqui.

Bom, rapidamente falo do Plano Safra. Nós estamos disponibilizando R\$21 bilhões para os agricultores familiares. No ano passado, batemos o recorde de contratação no Pronaf. Nós havíamos disponibilizado R\$18 bilhões. A Presidenta Dilma sempre diz, Ministro Antônio Andrade, que, se os agricultores familiares e não familiares contratarem todos os recursos, ela liberará mais recursos.

No que diz respeito à agricultura familiar, nós tínhamos anunciado R\$18 bilhões e contrataram-se R\$19,2 bilhões. Foi o primeiro ano, desde 2003, desde que se fez o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar, em que a gente ultrapassou o limite anunciado.

Houve uma evolução grande nesses anos. Se pegarmos o primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar para 2013/2014, houve um crescimento de 290% nos recursos. As taxas de juros já eram baixas e ficaram mais baixas ainda. As taxas para investimento variam de 0,5% a 2% ao ano e, no custeio, de 1,5% a 3,5% ao ano.

A nossa linha do Pronaf Mais Alimentos, para compra de máquinas e equipamentos, aumentou o limite de crédito por operação para R\$150 mil. Nessa linha, nós financiamos tratores, ordenhadeiras, caminhonetes, pequenos caminhões, enfim. Além de permitir a mecanização e o aumento da produtividade,



da renda dos agricultores familiares, tem sido muito importante para a indústria de máquinas e implementos agrícolas. Nós temos 420 empresas que ofertam produtos no Pronaf Mais Alimentos. Além do juro baixo, as empresas, na modelagem do programa, oferecem um desconto abaixo do preço de mercado. A empresa, para aderir ao Pronaf Mais Alimentos, tem que ofertar um desconto com o preço abaixo de mercado. Isso tem permitido uma grande mecanização dos agricultores familiares. São mais de 4 mil itens financiados. A gente costuma dizer que financia do facão ao caminhão; da matraca à plantadeira pequeninha para o agricultor familiar.

Nós também aumentamos o limite de operação para algumas atividades que exigem maior mobilização de recursos. É o caso da avicultura, suinocultura e fruticultura. Era de R\$130 mil e nós passamos para R\$300 mil por ano o limite de crédito por agricultor.

Para as cooperativas, nós já havíamos ampliado muito o Pronaf Agroindústria no Plano Safra do ano passado, aumentando de R\$10 milhões para R\$30 milhões o volume por cooperativa – agora aumentamos para R\$35 milhões. Aí também a taxa de juros é bastante baixa: no máximo 2% ao ano. Pode ser em até 10 anos, no caso do Pronaf Mais Alimentos, para o agricultor pagar o investimento, com até 3 de carência.

As operações de custeio nós já havíamos aumentado, no ano passado, para R\$80 mil; agora, aumentamos para R\$100 mil por agricultor.

Ao Garantia-Safra, muito importante na Região Nordeste, nós estamos com 980 mil agricultores aderidos; temos condições de ir até 1,2 milhão. E também passamos a admitir outras regiões do País que não só o Nordeste para adesão ao Garantia-Safra. Precisam o Município e o Estado aderir, e os agricultores também. Não há nenhum Estado fora do Nordeste que aderiu até o presente momento. Mas, legalmente, já é possível.

O Seguro Agrícola, com uma taxa de 2%, dá cobertura a todas as operações de custeio e do investimento associado para as culturas com zoneamento climático e tem sido um importante instrumento para reduzir a inadimplência no setor.

O PGPAF, que é o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, dá cobertura para 49 produtos. Se o preço de mercado desses 49 produtos fica abaixo do preço de garantia, que é o custo de produção mais um bônus de 10%, que é o custo variável mais um bônus de 10%, se o preço de mercado fica abaixo desse preço de garantia, o agricultor tem um desconto automático proporcional à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia na parcela do crédito dele.

Eu queria aproveitar e divulgar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que são agentes políticos muito ouvidos, que ocupam os meios de comunicação e que têm contato com as comunidades, que, a partir de 1º de janeiro do ano que vem, o agricultor familiar que fizer um investimento na



agroindústria ou um empreendimento de agroturismo, que, obviamente, mantiver a sua atividade primária em curso e que registrar a agroindústria ou o agroturismo como microempresa – portanto, estará limitado ao faturamento da microempresa, que é de R\$360 mil por ano –, não perderá mais a condição de segurado especial da Previdência Social. Hoje, se um agricultor familiar registra sua microempresa, ele perde a aposentadoria rural, porque ele deixa de ser agricultor familiar.

Então, com essa alteração legal que está na Medida Provisória nº 619, que, se não me engano, foi votada ontem na Comissão... Aliás, foi votada na Câmara.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria - PMDB/MS) – Foi votada, primeiro, aqui, na Comissão, mas a Câmara já a aprovou também.

O SR. SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Isso. A Câmara a aprovou ontem, e isso está previsto, nessa Medida Provisória, a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Então, ele pode se registrar como microempresa, beneficia-se do regime tributário simplificado e diminuído do Simples e não perde a condição de segurado especial da Previdência. Isso é muito importante. Essa é uma ação conjunta nossa, do Ministério da Agricultura, que vai atender agricultores familiares e médios produtores.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), instituída pelo Projeto de Lei nº 5.740, tem uma interface muito grande com a Embrapa também. A matéria está pronta para ser votada na Câmara. Já passou pelas comissões, está pronta para ser votada no plenário e, em breve, deverá chegar a esta Casa.

Essa é a evolução dos recursos que a União investe em assistência técnica e em extensão rural. Os recursos estão praticamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas, com a criação da Anater, o Ministério da Agricultura também vai passar a ter a possibilidade de uma ação mais efetiva na questão da assistência técnica, não é, Ministro Antônio Andrade?

Só quero lembrar que nós lançamos o Plano Safra Semiárido. Estão sendo destinados R\$7 bilhões para os agricultores do Semiárido, com o objetivo de fazer sistemas produtivos com reserva de água e sistemas produtivos com reserva de alimentos para os animais; de se proceder à recuperação e ao fortalecimento de cultivos alimentares regionais e à recuperação e ao fortalecimento da pecuária leiteira e de pequenas criações; de se promoverem ações estruturantes para a agroindústria, com diversificação e agregação de valor à produção; e de se fazer a agricultura irrigada no Semiárido.

Para a agricultura familiar, estão sendo previstos R\$4 bilhões, desses R\$7 bilhões. As taxas de juros são mais baixas do que as verificadas no restante do Brasil. O custeio vai de 1% a 3% ao ano; o investimento, de 1% a 1,5% ao ano. E há a garantia de Ater por três anos para os agricultores que acessam essas linhas.



O microcrédito rural, que já contava com 0,5% de juros ao ano e com um rebate de 25%, teve seu rebate aumentado de 40%. O Pronaf B funciona muito lá na região do Semiárido.

As compras públicas para a agricultura familiar no Semiárido estamos destinando R\$1,3 bilhão.

É muito importante o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitirá a aquisição de produtos para a alimentação animal, com o objetivo da manutenção dos rebanhos. Hoje, o Programa de Aquisição só permite a aquisição de alimentos para consumo humano.

Também há uma ação forte no setor de sementes e mudas, com a distribuição gratuita, por exemplo, de mudas de palma e de mudas de maniva, de mandioca. Vamos ter de recuperar a cadeia produtiva lá.

Aumentamos o valor do preço de garantia de produtos importantes para a região, como a carne de caprinos e de ovinos, o leite, a mandioca. Esses produtos tiveram valores do preço de garantia elevados.

Já falamos antes do Garantia-Safra.

Quanto ao seguro da agricultura familiar, no restante do Brasil, a alíquota do prêmio é de 2%, mas, no Semiárido, ela passa a ser de 1%.

Assistência Técnica. No Semiárido, temos aproximadamente um terço dos agricultores familiares do Brasil, e estamos colocando metade do valor que temos em assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares do Semiárido.

O fomento produtivo do Brasil Sem Miséria também foi ampliado.

Então, são essas as medidas do Plano Safra Semiárido que estamos divulgando.

E, só para encerrar, Sr. Presidente, quero apenas lembrar que há, dentro da nossa visão de desenvolvimento rural, outras ações que não são exatamente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que são importantes – algumas do nosso Ministério, outras de outros Ministérios – para o desenvolvimento rural.

O Luz para Todos nos permitiu sair de 81% dos domicílios rurais com eletricidade, em 2004, para 96%.

O Água para Todos saiu de 58% para 72% dos domicílios rurais com canalização de água. Temos ainda, portanto, um trabalho grande para fazer, o Ministério da Integração, mas evoluiu de 58% para 72%.

Temos, pela primeira vez, um Programa Nacional de Habitação Rural que financia moradia para o agricultor familiar, para o assentado da reforma agrária. Desde fevereiro deste ano, o Minha Casa Minha Vida, que chamamos, no meio rural de PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) também entra nos assentamentos.

O PAC estradas vicinais é o nosso PAC equipamentos, esse em que estamos doando uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão



caçamba para todos os Municípios de até 50 mil habitantes do nosso País – são 5.061 Municípios, é uma ação de responsabilidade do nosso Ministério.

O Mais Médicos, que agora visa levar saúde para esses 700 Municípios que não têm nenhum médico, é uma ação muito importante.

E, no campo, temos o Pronatec Campo, que também tem beneficiado os agricultores e filhos de agricultores.

Então, são políticas que são necessárias para além das políticas agrícolas.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Eu agradeço ao Ministro Pepe Vargas por essa exposição. Sinceramente nos dá uma alegria muito grande participar de uma audiência pública com essa amostragem do que representa o campo, do que representa a agricultura brasileira. Queria cumprimentar V. Ex^a, parabenizá-lo, porque está fazendo um bom e belo trabalho no que diz respeito à agricultura familiar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ter que me ausentar, mas, antes de sair, gostaria de cumprimentar o Ministro Pepe Vargas e toda a equipe do MDA.

Desde quando comecei a trabalhar aqui no Senado, Ministro Pepe, eu tenho acompanhado o trabalho do MDA. De fato, eu não conhecia o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como atuava, nem o alcance que tinham as ações do MDA. E, com esse trabalho que todos nós fizemos nesta Comissão de Agricultura, entendemos a importância que tem o MDA para o agricultor brasileiro. Isso tem feito uma diferença muito grande na agricultura familiar em todo o País, principalmente nos Estados novos, nas regiões novas como a do nosso Estado de Rondônia. A regularização fundiária para nós é fundamental, e eu sei que o Estado que mais está adiantado com relação à regularização fundiária é Rondônia, embora haja muita coisa para se fazer, nós todos sabemos disso e também sabemos das dificuldades. O importante é que há um esforço concentrado do Governo Federal, do MDA, do Incra, do Estado de Rondônia e dos Municípios e também de nós, Parlamentares, para resolvermos essas questões.

Outra questão que eu considero importantíssima é o PAC implementos, ou PAC Equipamentos. Rondônia recebeu já 45 retroescavadeiras, e 45 patrol vai receber até outubro. Espero que nós consigamos fazer essa entrega até outubro, Ministro, é um pedido que eu faço, porque já vai começar a época da chuva. Então, fica aqui só este pedido: para V. Ex^a nos dar essa atenção, a fim de que possamos ainda ter o benefício dessas máquinas no verão



de 2013. Sei do empenho, mas é bom ressaltar a importância dessas máquinas ainda para este ano.

No mais, peço licença, Sr. Presidente, porque eu vou ter que me ausentar e agradeço a...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Já vai embora?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Vou. Eu tenho um compromisso e, por isso, pedi a palavra. Eu vou ter que me ausentar.

Agradeço a atenção do nosso Presidente Benedito de Lira.

E os nossos Ministros que aqui estão presentes sejam todos bem-vindos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Abri um precedente, por saber que V. Exª teria que se ausentar.

Eu gostaria de dar continuidade. O Ministro responderá a V. Exª. Peço permissão aos companheiros para isso. Como V. Exª vai ter que se ausentar, o Ministro quer dar umas informações, possivelmente que as máquinas já estão prontas para chegar ao seu Município, ao seu Estado, aliás. (*Risos.*)

O SR. SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vejam bem, a gente tomou algumas decisões que, eu creio, foram importantes. Eu peço a compreensão dos Estados que estão fora do Semiárido, mas nós estamos com uma seca no Semiárido. Em alguns casos, estão indo para três anos de seca. Então, nós priorizamos a entrega das máquinas para os 1.440 Municípios que estavam em situação de emergência ou calamidade em função dessa seca no Semiárido. Completamos a entrega das retroescavadeiras e das motoniveladoras para esses 1.440 Municípios. E agora, de fato, começamos a retomar a entrega das retroescavadeiras nos demais Estados da Federação – desculpem-me, as retroescavadeiras não, as motoniveladoras. Com relação às retroescavadeiras, eu acho até que a gente está bem adiantado.

Qual é o nosso maior problema nesse programa? É o quantitativo de máquinas que nós estamos comprando. São 5.061 Municípios. Então, compramos 5.061 retroescavadeiras, 5.061 motoniveladoras e caminhões caçambas 6x4 traçado e trucado, que é um bom caminhão. Esses 1.440 Municípios em situação de emergência, além desses três, devido às condições da região, recebem um caminhão-pipa e uma pá-carregadeira para fazer pequenas obras de segurança hídrica.

Qual é o nosso drama, Senador Acir Gurgacz? Por exemplo, do modelo de motoniveladora que nós estamos doando aos Municípios, o mercado brasileiro vende duas mil por ano. Aí o Governo brasileiro vai lá e resolve comprar cinco mil. Eles vão continuar vendendo duas mil e vão ter que produzir mais três mil. Então, a velocidade da entrega da indústria, compreensivelmente, não.... Mas, até abril do ano que vem, todo o Brasil terá recebido essas máquinas.



E com relação ao caminhão-pipa, Senador Benedito de Lira, o nosso grande drama são as implementadoras. Com a indústria que produz o caminhão, tudo tranquilo. Mas são poucas as empresas que, no Brasil, produzem o tanque. Então, a velocidade das implementadoras é menor. Para vocês terem idéia, nós fizemos uma tentativa de compra com dispensa de licitação para os Municípios em situação de emergência. Não deu 200 ofertas de caminhões-pipa na compra por dispensa de licitação. Aí nos obrigamos a seguir uma licitação normal, com prazo maior de entrega, obviamente.

Então, esse é o nosso drama. Mas eu acredito, Senador Acir, que as motoniveladoras vão chegar rapidamente ao seu Estado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo - PDT/RO) – Muito obrigado.

Só para registrar, ao nosso plano de asfaltamento das vicinais que está em curso vamos dar sequência, porque é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Quero agradecer ao nobre Senador Acir Gurgacz.

Dando continuidade, eu concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Antônio Andrade, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; o Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário, colega Pepe Vargas; o Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Mapa; o Rubens Rodrigues, Presidente da Conab; os Senadores aqui presentes; o ex-Senador João Pedro; a Senadora Ana Amélia, que tem sempre nos visitado, defendendo os interesses do Rio Grande do Sul; o Senador Waldemir Moka, companheiro que tem defendido muito o Mato Grosso do Sul; o Senador Ruben Figueiró, do PSDB; e o Sérgio, que acabou de sair.

Eu quero iniciar pelo plano agrícola, Presidente, se o senhor me permitir, e depois nós vamos entrar no assunto que mais interessa, para o que fomos convidados, que é a armazenagem.

Nós tivemos, na safra passada, 2012/2013, uma produção que tem nos surpreendido a cada momento. Quando entrei no Ministério, a previsão da safra era de 184 milhões de toneladas, e tivemos a grata surpresa de chegar a 187 milhões de toneladas.

Nós já exportamos US\$102 bilhões nestes últimos doze meses, um valor de que me recordo bem, pois o Secretário de Relações Internacionais me dizia que poderíamos chegar a US\$100 bilhões, Moka, mas tivemos a grata surpresa de já chegar a mais de US\$102 bilhões nos últimos doze meses nas nossas exportações, com superávit de mais de US\$83 bilhões.

Lançamos, recentemente, e você estava presente, o plano agrícola com R\$136 bilhões de recursos disponíveis. A Presidenta mais nos animou – e o



Ministro Pepe Vargas já disse muito bem – quando disse que, se for necessário, colocará mais recursos para a agricultura.

Nesse plano agrícola, nós contemplamos o médio agricultor. Nós já temos a agricultura familiar que contempla muito bem o pequeno produtor. O grande agricultor é contemplado sozinho se é autossuficiente. Fica o médio produtor, e, para esse, aumentamos os recursos e muito.

Baixamos algumas taxas de juros. Algumas taxas de juros foram baixadas, e outras, que já eram bastante baixas, se mantiveram.

Nós falamos das taxas de juros, e várias delas foram...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Ah, na tela.

A taxa de juros para custeio e comercialização era de 5,5% e permaneceu 5,5%.

Para o médio produtor, desse eu falei, além de aumentarmos os recursos, nós ainda baixamos a taxa de juros: de 5% para 4,5%.

As taxas de juros para os investimentos em irrigação e armazenagem – de armazenagem nós vamos falar daqui a pouco – eram de 5,5% e baixamos para 3,5%. No programa ABC, permanecemos com a mesma taxa. No PSI, a taxa é de 3,5%. Em outros investimentos, mantivemos os juros. Para as cooperativas, Procap, a taxa era de 9%, e baixamos para 6,5%. Nos investimentos, mantivemos 5,5%. Para os fundos constitucionais, a taxa é de 3,5%.

Passe a tela, por favor.

Para o custeio agropecuário, a taxa de juros é 5,5%; o limite/produtor teve aumento de 25%; o custeio é de R\$1 milhão por safra; para comercialização, R\$2 milhões por safra; o limite de custeio da avicultura integrada é de R\$80 mil; e até R\$160 mil para duas ou mais atividades integradas.

Aumentamos o volume de recursos para o médio produtor em quase 20%. Então, abaixamos os juros. A taxa de juros para o médio produtor, que era de 5%, passamos para 4,5%, e aumentamos os recursos em 18%, chegando a R\$13,2 bilhões.

Aumentamos a renda bruta anual para enquadramento: era de R\$800 mil, com rebate de até 50%, e a elevamos para R\$1,6 bilhão, sem rebates.

Quanto aos limites de financiamento, no custeio, o limite passa de R\$500 mil para R\$600 mil; no investimento, passa de R\$300 mil para R\$350 mil.

Nós baixamos a taxa de juros, como eu já disse, de 5% para 4,5%.

Quanto ao Procap, o volume de recursos é de R\$3,24 bilhões, um aumento de 8%. Para o capital de giro, os recursos são de R\$2,92 bilhões, e a taxa de juros foi reduzida de 9% para 6,5%. Para a integralização de quotas-partes, os recursos são de R\$320 milhões, e a taxa de juros é de 5,5%.

O Programa de Subvenção ao Seguro Rural era, na safra 2011/2012, R\$297 milhões; depois foi para R\$400 milhões, e hoje nós temos um



volume de R\$700 milhões para o seguro agrícola. A área segurada era de 6,37 milhões e agora chega a 11,5 milhões de hectares. Os produtores atingidos na safra 2012 eram 52.933; a previsão é de que chegue a 96 mil agricultores atendidos.

A nossa proposta de aprimoramento. Os mesmos recursos serão distribuídos por produto e alocados por seguradora. Caso não sejam aplicados totalmente na finalidade prevista, a parte remanescente retornará ao Mapa e será realocada.

Os produtos prioritários são milho, soja, frutas de clima temperado, arroz, feijão, algodão, tomate, caqui e demais.

Apoio à comercialização. Nós disponibilizamos R\$5,6 bilhões; R\$2,5 bilhões para aquisição de produtos e manutenção de estoques e R\$3,1 para equalização de preços. Parte desses recursos já estão sendo aplicados.

Para armazenagem, R\$25 bilhões em cinco anos, com juros de 3,5%, prazo de 15 anos, sendo 3 anos de carência. Portanto, o produtor hoje pode financiar 100% do investimento – a infraestrutura, toda a parte de construção civil e o silo propriamente dito –, a juros de 3,5%, com prazo de 15 anos, 3 de carência, o que dá 12 anos para pagamento e R\$5 bilhões ao ano, R\$25 bilhões no programa em 5 anos. Nós até pensamos em colocar mais; não colocamos mais porque essa é a capacidade das nossas indústrias, não chega nem a isso, de construção de armazém.

Previsão dos armazéns. Hoje temos uma capacidade estática de armazenagem de 85% da nossa produção, 145 milhões de toneladas, para uma produção de 185 milhões de toneladas, que era o previsto, chegando a 887. O que queremos, com esse programa, é atingir uma capacidade estática de um para um. Isso quer dizer que, se chegarmos a esses 25 milhões, aumentaremos 65 milhões de toneladas na nossa capacidade estática nos próximos 5 anos. Acredito que podemos aumentar mais do que 65 milhões de capacidade estática, chegando a um por um. Quer dizer, uma tonelada de capacidade estática para cada tonelada de produção é a previsão de aumento da nossa produção com a produção de armazenagem.

Apesar de haver uma recomendação da FAO de 1,2, em alguns países, aqui no Brasil, como temos um clima quente, em que se produz até três vezes na mesma área, nós entendemos que um para um é mais do que suficiente. O clima frio, Senador, produz uma vez por ano, aí eles têm que ter uma capacidade estática maior do que a capacidade de produção. Nós produzimos, em média, duas vezes. Mato Grosso produz soja, tira a soja e planta o milho. O milho da safrinha, este ano, foi maior do que o milho da safra. Com isso, quando tiram a soja, acabam de vender a soja, é que vão colher o milho. A capacidade estática de um para um é mais do que suficiente, não tenho dúvida nenhuma.

Além dos armazéns privados – e quem vai dizer onde construir esse armazém privado é o setor privado, se vai construir na propriedade, se vai



construir armazéns na cidade, ou nos portos –, nós vamos construir também os armazéns públicos. Esse recurso contempla tanto o produtor, a associação de produtores, cooperativas, cerealistas e as três. As três não vão querer esse recurso, uma vez que elas têm juros mais baratos, elas buscam juros no exterior mais baratos do que esses. Ficam contemplados os nossos produtores, a associação de produtores, as cooperativas e os cerealistas. Eles é que vão determinar onde devem ser construídos, eles é que sabem melhor onde devem ser construídos.

Aí vem o setor público com a aplicação, este ano, de R\$500 milhões para a Conab, dos quais nós aplicaremos R\$150 milhões na reforma e modernização dos armazéns e R\$350 milhões na construção de dez armazéns – eu quero deixar depois o Rubens falar. Nós priorizamos, na construção desses armazéns, as regiões de abastecimento, partindo do princípio de que os produtores não vão querer construir esses armazéns. São armazéns que ficam principalmente, seis deles, no Nordeste, um no Espírito Santo, um aqui em Goiás, um na Bahia e um no Rio Grande do Sul – é isso, Presidente?

Serão construídos, primeiro, seis armazéns de abastecimento e quatro armazéns em zona estratégica, zona que pode armazenar tanto para levar para o Nordeste como para o Sul, para onde for preciso que seja deslocada essa produção. O de Viana, no Espírito Santo, tanto pode descer quanto pode subir; e o de Luís Eduardo também, tanto pode ir para o Nordeste quanto pode vir para o Sul. Apenas o armazém do Rio Grande do Sul vai contemplar justamente... Lá nós temos uma produção de milho, ali em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, menor do que o consumo, uma vez que estamos aumentando as nossas exportações.

Todos esses armazéns estão sendo construídos. A previsão, inicialmente, era de construção de vinte armazéns. Vamos esperar que o setor privado se interesse em construir esses outros dez armazéns. Se o setor privado não construir esses armazéns, aí, num segundo momento, nós construiremos esses outros dez armazéns.

Então, é isto o que eu quero dizer da armazenagem: R\$350 milhões para a construção desses novos armazéns e R\$150 milhões para modernizar esses armazéns.

A grande dificuldade que nós temos hoje no Nordeste de colocar o milho lá, Senador Benedito – o senhor tem cobrado muito –, é justamente porque nossos armazéns no Nordeste, todos eles recebem milho ensacado, não têm como receber milho a granel. Nós queremos justamente modernizar esses armazéns, construir silos, mata-burro, para que o milho seja descarregado a granel. Nós podemos transportar o milho para lá, descarregar, ensacar na medida em que for possível, o que aconteceu nesse período, quando fizemos o leilão. Depois há filas de caminhões para descarregar, e isso tem dificultado muito o transporte do milho para o Nordeste.



Então, era isso sobre a construção de armazéns.

O que eu posso dizer, graças a vocês, ao nosso produtor, ao apoio governamental, é que a nossa agricultura, o nosso agronegócio vai muito bem. Vai muito bem! Nós temos aumentado nossa exportação a cada momento. Há um superávit na balança comercial, como eu disse, de US\$84 bilhões. Nós temos aberto novos mercados, graças ao empenho dos nossos produtores, e, com isso, a previsão, para o ano que vem, dessa safra 2013/2014, que é de 194 milhões de toneladas, nós acreditamos que nós vamos superar. Lá no seu Estado, no vizinho ao seu, no Mato Grosso, há previsão de aumento das áreas. Com isso, se o clima ajudar, há previsão de aumento da nossa produção, de ultrapassar os 190 milhões de toneladas.

Eu me coloco à inteira disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – O Ministro falou que, logo mais, o Presidente da Conab falará.

Há necessidade, ainda, de alguma informação a respeito de armazenagem, ou a Casa se satisfaz com as informações que foram prestadas pelo Ministro da pasta?

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria - PP/RS) – De minha parte, Presidente... Eu tenho, às 10 horas, que presidir a Comissão de Relações Exteriores. Se V. Exª não se importar, quero explicar que temos lá a indicação do Ministro Patriota para as Nações Unidas, para Nova York, e também do novo Embaixador do Brasil no Paraguai, o que é muito importante, pois está vindo o Presidente do Paraguai em visita oficial ao Brasil, pela primeira vez depois que tomou posse. Eu só tenho duas questões bem rápidas ao Ministro Pepe Vargas e ao Ministro Antônio Andrade. Se os nossos colegas permitirem, eu as farei. *(Pausa.)*

Muito obrigada, colegas.

Ministro Pepe Vargas, na questão da regularização fundiária, é preciso o georreferenciamento, que sempre foi um problema de burocracia. O georreferenciamento está caminhando junto com esse procedimento?

A segunda questão é que eu queria saber a distribuição do crédito para a agricultura por cooperativas, qual é o percentual. Vai mais para os Estados do Sul? Por que categoria de cooperativa vai esse crédito da agricultura familiar? E o senhor falou também que o Governo tem uma preocupação, o Ministério, com algumas medidas para – reproduzo as suas palavras –: "Reduzir a inadimplência do setor". Existe a inadimplência no setor? Qual é a razão e a causa dessa inadimplência? Então, essas são as duas questões.

E mais uma questão: como serão aplicados os R\$830 milhões que foram destinados à assistência técnica e extensão rural que, penso, é um setor vital para a agricultura familiar, porque não dispõe dos mesmos mecanismos de



acesso à tecnologia e informação, embora a nossa Embrapa seja também muito envolvida em nos programas? Essa é pergunta para o senhor.

Para o Ministro Antônio Andrade. Admiro-me como seu otimismo. É bom! É claro que um Ministro não pode vir aqui com pessimismo, mas vi umas fotografias do Mato Grosso, Ministro, do milho depositado. O senhor viu isso, não é? Na verdade, no Brasil, a safra fica armazenada no caminhão, a gente vê que a safra da soja fica ali. Como a comercialização de uma *commodity* dessas é muito rápida, evidentemente, sai da lavoura e vai para o porto, mas não é esse o ideal. O senhor lembrou o caso dos Estados Unidos, que têm 120% – quer dizer, 100% seria um por um – de cobertura. Eles têm uma capacidade ociosa por conta da questão do clima na região.

Parece que a questão agrícola é hoje ainda persistirem problemas de endividamento, como é o caso do Rio Grande do Sul, por sucessivas perdas por safras malsucedidas em função de clima, como numa região localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, Missões.

E a questão do seguro agrícola parece que é, além da logística, ainda, digamos, uma pendência que precisamos resolver. A agricultura familiar já tem a cobertura certa, segura nos casos de sinistro, mas a agricultura de mercado não dispõe disso.

Seriam essas as duas questões, por favor.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Obrigado pelas perguntas, Senadora Ana Amélia.

No que diz respeito à regularização fundiária, o uso dessa ferramenta do geo é relativamente recente no Brasil. Se não me engano - até vou pedir o auxílio do pessoal – a primeira normativa é de 2001, bastante recente e tem crescido muito de fato.

Fora da Amazônia Legal, em geral, a responsabilidade, digamos assim, pela regularização fundiária é mais dos Estados. Então, a nossa ação é mais uma ação de apoio, através da nossa Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), que repassa recursos aos Estados, e eles também precisam fazer o geo, obviamente. Na Amazônia Legal, tirando Amapá e Roraima, onde há um procedimento distinto, a responsabilidade é mais da União, digamos assim. E avançamos muito, já georreferenciamos em torno de metade da área.

Eu não estava no Ministério quando o programa começou, mas os companheiros que estão lá desde o início da regularização fundiária nos dizem que as empresas que foram fazer o processo de geo, as empresas contratadas tiveram muitas dificuldades iniciais na região da Amazônia para fazer o geo, mas essas dificuldades foram suplantadas. As empresas também tiveram o seu aprendizado de fazer geo em uma região em que não estavam acostumadas e agora a tendência é de que as empresas tenham desenvolvido bem o seu trabalho.



No que diz respeito às cooperativas, no ano passado, daqueles R\$19 bilhões, em torno de R\$4 bilhões, quase R\$5 bilhões foram contratados por cooperativas. A região onde as cooperativas mais contratam é a Região Sul, de fato. Por quê? Porque há a maior presença de cooperativas. O Paraná, por exemplo, é um Estado que tem muitas cooperativas, é o Estado que mais cooperativas tem no Brasil. Em geral, a Região Sul contrata mais o Pronaf. O Nordeste é uma Região na qual, nos últimos anos, cresceu muito a contratação pelo Pronaf. Porém, devido à seca, mesmo com a linha de crédito emergencial que nós abrimos em função da seca – foram mais de R\$2 bilhões numa linha de crédito emergencial com juros bastante baixos e rebates bastante significativos –, no ano passado, os Estados do Nordeste, compreensivelmente, em função da seca, contrataram um pouco menos o Pronaf. Mas é uma região onde tem crescido bastante a contratação pelo Pronaf. Na Região Norte, o Pronaf também cresceu, mas não tanto quanto na Região Nordeste. As Regiões Sul e Sudeste, em geral, contratam mais.

No que diz respeito à inadimplência, a partir da nova modelagem do seguro da agricultura familiar, ela praticamente veio a zero, porque o seguro dá uma cobertura muito importante para a agricultura. É importante dizer que o seguro da agricultura familiar não só segura a operação de crédito, mas também um percentual da renda que o agricultor auferiria ao realizar aquele crédito. Sessenta e cinco por cento da renda que o agricultor realizaria com aquela operação ficam também segurados, limitado a um teto de 7 mil agricultores por ano. Então, além de segurar a operação de crédito, segura também um percentual pequeno, que seja, da renda do agricultor. É também um seguro de renda que se combina com outros programas que garantem o preço, como o Programa de Garantia de Preços, como o próprio Programa de Garantia de Preços Mínimos e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

Então, acho que há alguns Instrumentos que deram, digamos assim, segurança para a agricultura familiar. Consequentemente, a inadimplência caiu muito. Nós temos uma inadimplência acumulada de períodos anteriores, de períodos mais antigos, eu diria, mas a inadimplência hoje é muito baixa. Está abaixo de 5%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria - PP/RS) – Antes de haver os mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Quero dizer que, às vezes, as pessoas dizem que o pequeno agricultor não paga as suas dívidas. Não paga quando não pode pagar, quando há uma catástrofe como essa que ocorreu ultimamente, como aquela seca devastadora que aconteceu lá no Nordeste.

Ministro.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Senadora Ana Amélia, acho as colocações de V. Exª todas procedentes.



Vou começar pelo arroz do Rio Grande do Sul. Nós tivemos, esta semana, na segunda-feira, uma reunião com o Ministério da Fazenda, onde, a pedido de V. Ex^a e de outros Senadores e Deputados, solicitamos a renegociação da dívida do arroz. Já foi concluída. V. Ex^a está sabendo, talvez em primeira mão, que a renegociação das dívidas do arroz, principalmente do Rio Grande do Sul, já foi concluída.

Com relação ao seguro – vou deixar a armazenagem por último –, crescemos muito, temos crescido a cada ano. V. Ex^a vê que a história é que, em 2011/2012, passamos de mais ou menos R\$200 milhões para R\$400 milhões; em 2013/2014, chegamos a R\$700 milhões. Ainda precisamos modernizar algumas coisas no seguro. Tem de ser modernizado, mas nós caminhamos. V. Ex^a verifique que a subvenção do seguro era de praticamente zero. Hoje, são R\$700 milhões em seguros subsidiados. Em algumas culturas, chega a 60%; em outras, a 40%. Há algumas reclamações políticas. Todo mundo quer que na sua região seja de 60%, e é justa essa reivindicação política, mas nós estamos estudando para a próxima safra, 2014/2015, algumas modernizações no seguro. Ouvimos alguns setores, temos discutido muito com os produtores e vamos modernizar para atingir mais produtores com maior eficiência, com a participação, inclusive, daqueles a quem interessa que as lavouras sejam seguradas, que são os fornecedores de insumos. Eles querem que todas as lavouras sejam seguradas, para terem a garantia de que receberão daqueles a quem vão vender.

Sobre a armazenagem. Na armazenagem, a produção brasileira tem caminhado no sentido norte. Alguns Estados do Sul talvez não tenham ainda grandes dificuldades de armazenagem – é o caso do Rio Grande do Sul mesmo. Mas o Mato Grosso, esse tem uma dificuldade imensa. Vários grãos, principalmente o milho, ficam... E o produtor fica com o pescoço doendo de olhar para o céu para ver se a chuva está vindo, pois o milho dele não está escoado, se ainda dá tempo, Geller... O milho está no tempo, a chuva está chegando e vai perder qualidade. Para isso, lançamos o Plano Safra.

A senhora pode verificar que, até a década de 70, 80, nós ainda éramos importadores de alimentos. Hoje nós somos o segundo maior exportador de alimentos, caminhando para ser o primeiro. A produção tem aumentado muito. Graças a Deus tem aumentado muito! A previsão sempre é ultrapassada. Isso é muito bom. Por exemplo, fizemos uma previsão de 190 milhões de toneladas, e acreditamos que vamos chegar a mais de 200 milhões de toneladas. Estamos trabalhando para isso, abrindo novos mercados. Os nossos agricultores estão cada vez mais eficientes. Hoje os equipamentos, as plantadeiras, as colheitadeiras têm plataformas de 24 metros. Nós tínhamos, inicialmente, a plantadeira puxada a cavalo, o que já era muito moderno. O Moka deve lembrar disto ainda, da plantadeira, que plantava uma linha só. Hoje são plantadeiras imensas, colheitadeiras imensas...

(Manifestações fora do microfone.)



O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Moka, não, da mesma idade minha. Há poucos anos, tínhamos plantadeiras dessa forma. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria - PMDB/MS) – Eu tenho pelo menos 40 anos disso, não é?

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Poucos anos atrás; eu recordo muito bem.

Isso tem crescido muito. Por isso, lançamos esse programa.

A Presidenta Dilma tem dois assuntos pela frente para tratar na agricultura: infraestrutura e armazenagem. Na armazenagem, nós lançamos esse programa de 25 bilhões, um programa de 5 bilhões ao ano. Acreditamos que, no final de cinco anos, não vai acontecer mais termos milho e soja armazenados a céu aberto. Esperamos atender justamente essas fronteiras de Mato Grosso, que têm crescido muito, muito. Nós estivemos, semana passada, em Sinop e ficamos entusiasmados ao ver como tem crescido a produção. Assim, acreditamos que, no máximo em cinco anos, não teremos mais essa figura, essa fotografia de armazenagem a céu aberto.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria - PP/RS) – Presidente Benedito, eu queria agradecer a V. Exª e mais especialmente aos dois Ministros e pedir desculpas aos dois expositores, o amigo e Secretário Neri Geller e ao Dr. Rubens Santos, e especialmente aos Senadores que entenderam que a missão na CRE é tão importante quanto esta. Então, muito obrigada a todos. E obrigada pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Eu agradeço à nobre Senadora Ana Amélia.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, um dos subscritores do requerimento.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, Moka. O Sérgio, logicamente depois da sua exposição, fará indagação aos dois Ministros e, depois, os ouviremos. Já que temos quatro Senadores no plenário, poderíamos ouvi-los e, então, os Ministros ficariam à vontade. Vão anotando as perguntas, as indagações que serão formuladas pelos Srs. Senadores. Está combinado assim?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria - PMDB/PR) – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria - PP/AL) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria - PMDB/PR) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Ex^{mo} Sr. Ministro Antônio Andrade, Ministro da Agricultura; Sr. Ministro Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Neri Geller, companheiro, ex-Deputado, que faz um excelente trabalho na Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; Rubens Rodrigues dos Santos, que preside a Conab neste momento em que ela renasce com esse programa de



armazéns do Brasil – realmente a Conab tem um papel fundamental no controle, nas compras, na distribuição e não apenas para regulação de preço, mas para garantia de estoques mínimos reguladores –; agradeço imensamente terem atendido o convite para estarem presentes a esta Comissão e falarmos um pouco de agricultura no Brasil.

Este não é um tema dos mais debatidos no Congresso Nacional; é no nosso meio, aqui na nossa Comissão, tímida – vejo aqui a presença de uma meia dúzia de Senadores que passaram por aqui ou estão presentes.

Se nós olharmos por outro lado, a agricultura tem uma importância ímpar neste Brasil. Nós já somos o segundo maior produtor de alimentos do mundo e éramos importadores há algumas décadas atrás.

Aprendemos a difundir a agricultura tropical. Somos referência no mundo e produzimos em todos os biomas brasileiros, com escala de produtividade e de produção fantástica. O Brasil não tenho dúvida de que será o maior produtor de alimentos do mundo.

No entanto, nós não ficamos com a maior parte dessa riqueza no Brasil. Isso se perde no caminho, desde a produção, pelo custo que temos envolvido na produção, no escoamento da safra – e este é um pouco do tema da nossa audiência –, em alguns casos pelas intempéries climáticas, pelas taxas cambiais e assim por diante.

Antes de indagar a V. S^{as}, eu queria fazer um rápido comentário de uma reportagem que saiu numa revista de circulação nacional nos primeiros meses deste ano, acho que em abril ou março, que trouxe uma comparação entre uma região dos Estados Unidos, Iowa, até o porto de New Orleans, dois mil quilômetros – de uma região do Mato Grosso até o porto de Paranaguá, dois mil quilômetros; de uma região da Argentina até o porto de Buenos Aires, dois mil quilômetros –, e mostrou que o Brasil perdeu, só no ano de 2012, pela ineficiência nos modais e pelo déficit de armazenagem, só em relação à safra, R\$180 bilhões.

O meu Estado, o Paraná, é o quinto da economia nacional. Tem uma receita estadual, de impostos estaduais em torno de 33 bilhões/ano. Nós estamos falando em quase seis paranás. E o Paraná é que responde mais ou menos por 22% a 23% de toda produção agropecuária e sua transformação no Brasil. Vejam o tamanho das perdas!

Se nós somarmos isso às cargas tributárias, se somarmos o custo da produção – estamos falando do escoamento da safra... Dos navios que saem do leste europeu, que trazem o fertilizante que vem para o Paranaguá, em torno de 60% ficam noventa dias atracados naquele porto.

Amanhã estaremos em Curitiba, juntamente com a Ministra Gleisi e com o Ministro Leônidas, da Secretaria Nacional de Portos, fazendo a exposição de 25 novas áreas terminais licitadas no porto de Paranaguá.

Esse navio, a custo médio de US\$40 mil ao dia, quase US\$3 milhões paga de sobre-estadia antes de descarregar o fertilizante. O produtor está



pagando. Esse fertilizante sai do porto no lombo de um caminhão, vai até o interior deste País, ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Senador Moka, Senador Ruben, a um custo absurdo. Do tempo que se levada há dez anos, hoje é o dobro na estrada. Isso quer dizer que o custo fica muito maior. Não é diferente o custo da volta. Gastava-se um dia, um dia e meio, hoje gastam-se até quatro dias para um caminhão chegar.

A Senadora Ana Amélia falou que às vezes os armazéns são um caminhão. Não mais. Lá no Paraná criou-se uma regra. Agora, a fila não está mais nas estradas, mas na baía de Paranaguá. Se você for lá neste exato momento, verá que há mais de cem navios atracados – cem navios! – ao custo de US\$40 mil ao dia, só para a gente ter uma ideia do tamanho do prejuízo que está lá no bolso do produtor. O produtor do Mato Grosso está vendendo o seu milho, hoje... E ainda porque teve um PEP! Isso é um perigo!

Lá no Sul estamos passando por um problema, porque estamos levando o milho do Mato Grosso e caiu o preço do milho do produtor paranaense, do produtor de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul. Regula-se num lugar, dá um problema ali. E eles vêm para cima da gente – as cooperativas, a Faep, as entidades –, vêm conversar: "Puxa, como a Conab vai fazer leilão de milho justamente agora que nós estamos aqui e não sabemos como fazer com o nosso milho para trazer para Santa Catarina, por exemplo!" O Governo tem esse papel de tentar regular isso tudo.

O Neri está olhando com atenção ali, não é, Moka? Estão vendendo a quanto? A R\$12,00. No Paraná está em torno de R\$18 a R\$20, dependendo do momento. Olha só a diferença: de R\$20 para R\$12, quer dizer, esses R\$8,00 são a diferença do frete. Isso quer dizer que o cara que produziu a R\$12,00 no Mato Grosso produziu mais caro ainda, porque ainda precisa chegar lá o fertilizante – e se utilizam mais fertilizantes no Mato Grosso que no Paraná, as terras são mais ácidas; as terras do Paraná são um pouco mais férteis. Como esse cidadão consegue produzir? Para não deixar a terra parada, têm que fazer o período da dormência, têm que fazer intercalação de culturas. Nós somos guerreiros, os agricultores são guerreiros, e, mesmo assim, somos responsáveis pela balança comercial positiva. Nós estamos fazendo a diferença. Se não fosse o agronegócio, o déficit na balança seria, só no primeiro semestre, de mais de US\$50 bilhões.

Lamentar o passado... Isso tem que servir de experiência. Mas temos que pensar no futuro. O discurso da tragédia do passado, de por que não fizemos tem que ficar como experiência, como lição.

Agora, o que nós precisamos fazer? O Governo está tentando. Rodovia – o Senador Moka sabe e o Senador Ruben – saindo lá de Maracaju, passando por Guaíra, entrando em Cascavel, chegando a Paranaguá, a Norte-Sul, a Tronco Norte, está tudo no papel ainda, moroso demais, não temos a velocidade que precisaríamos. Ferrovia é, na verdade, uma terceira pista nas rodovias, nós temos que ver isso, mas desafoga o porto. Nós temos a MP dos Portos, temos



que enaltecer isso. O Brasil ficou anos sem fazer investimento. Não interessa de quem era o Governo, mas ficaram décadas sem fazer. Pelo menos estamos tentando.

E a partir do momento em que se tenta, começamos a ver as amarras da burocracia, não conseguimos avançar. Para ter uma licença ambiental para se fazer uma ferrovia nova cortando a Serra do Mar, no Paraná, uma das regiões que têm a maior faixa de Mata Atlântica do Brasil, é uma dificuldade enorme: há questões indígenas, do Iphan, do Ibama. Sabemos os nossos desafios. Se não tentarmos, não saberemos se vamos conseguir. Temos que tentar.

Eu acredito no Brasil, acredito que em alguns anos vamos ter o preço do custo da produção parecido com o dos argentinos e com o dos americanos, aí, ninguém segura mais este Brasil.

Feitas essas introduções, vamos fazer aqui umas poucas perguntas.

Com relação à agricultura familiar, Ministro Pepe Vargas, V. Ex^a falou que está ampliando o teto para a avicultura. O grande problema são as garantias. Há alguma solução? Fundo de aval? O Governo está pensando nisso? Porque o cidadão quer construir um barracão, um alojamento para pintainhos para ter uma renda mensal, bimestral na sua propriedade, e tem espaço para isso, porque é um trabalho familiar, mas a construção de um alojamento como esse hoje vai de R\$300 mil a R\$500 mil. Há disponibilização de uma linha de crédito de R\$300 mil. O. k. Mas a propriedade desse cidadão é de quatro ou cinco alqueires, 18, 20, 25 módulos, e não vale isso. Num seguro, como é que fica? Além de ser bem de família, não pode ser oferecido por ser de até quatro módulos. O Governo está pensando em algo nesse sentido? Eu acho que estamos caminhando para uma evolução muito boa, principalmente na agroindústria. Assisti atentamente à exposição de V. Ex^a. Gostaria de deixar esta indagação.

Quanto ao Garantia-Safra, eu gostaria que V. Ex^a explicasse para nós, mas principalmente para o nosso telespectador, o que é Garantia-Safra, como isso funciona, só para a gente entender, só para o telespectador entender. Isso não é só para o Nordeste, foi estendido para todo o Brasil. É algo realmente muito bom. Nós sabemos que o produtor precisa disso, porque às vezes ele coloca todas suas economias numa coisa como essa.

Habitação rural tem um subsídio muito grande do Governo Federal. Gostaria também que V. Ex^a explicasse um pouquinho como funciona, para que o cidadão possa procurar a Prefeitura, o órgão estadual e reivindicar, porque é um programa maravilhoso que se faz no Brasil há décadas, a habitação urbana, incentivando as pessoas a irem às cidades, mas não havia um programa de habitação rural.

Isso é realmente muito bom.

Também ainda na área da agricultura familiar, selo social dos biocombustíveis. Eu tenho uma preocupação com relação a selo social e começo



a perceber que é um papel. Há um mercado paralelo aí nessa questão de selo social, e não sei se está cumprindo o seu propósito, quando criado pelo presidente Lula esse maravilhoso programa de biocombustível no Brasil. E a intenção primeira era dar uma diversificação, uma função para os pequenos produtores, principalmente do Nordeste. E hoje não são. Hoje, sabemos que são quase 90%: 85% da composição do biocombustível são de soja. E o selo social da soja também serve.

Eu poderia, se me permitirem o Presidente e o Ministro, fazer uma pergunta ao Rubens sobre armazenagem. A Conab foi chamada agora a construir novos armazéns, e vi pelos jornais que parece que o Banco do Brasil vai construir. Não é a Conab. Queria entender como está isso e qual é a finalidade dos armazéns que serão construídos.

No Paraná, há dezenas de armazéns – eram do IBC, e há toda uma história – que estão subutilizados, armazéns enormes em regiões importantes como Ponta Grossa, por exemplo, onde há construções de dezenas de milhares de metros quadrados e que estão lá subutilizados. Talvez seja por essa função de que era de sacarias, de antigamente, e assim por diante.

Para o Ministro da Agricultura, o Deputado Antônio Andrade, eu deixo a pergunta de qual é a política que o Ministério está fazendo para agregarmos mais valor ao nosso produto. Para não sermos só um produtor de produtos primários, carregar isso em cima de um caminhão, colocar dentro de um silo e levar para o porto. Eu sei que já fazemos isso muito bem, principalmente da transformação da proteína vegetal em proteína animal. O Brasil tem crescido muito, e os mercados estrangeiros e a proibição pela própria China de produção de aves, tudo isso tem ajudado muito. Houve uma abertura recentemente. Gostaria de parabenizar o Ministro por essa luta, do mercado russo, com relação à carne suína. O Sul agradece muito, Mato Grosso também agradece muito, porque era uma luta de muitos anos. Avançou, mas ainda precisamos avançar um pouco mais.

E, para finalizar, dizer ao Ministro Antônio Andrade que armazéns agregam valor, e nós precisamos dar velocidade. Muitos produtores reclamam que o Banco do Brasil ainda não liberou. Parece que não começou. Querem contratar, mas não estão conseguindo contratar ainda, e vão lá ao banco, que diz que não está sabendo como vai funcionar, porque armazéns agregam valor. Se você vender hoje, na safra, o seu produto tem um valor. Se você o coloca para vender na entressafra, ele tem pelo menos de 15 a 20% a mais de valor agregado, e o custo do escoamento é menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas indagações, agradecendo mais uma vez a presença de cada um de V. Ex^{as} na nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço ao nobre Senador Sérgio Souza. Gostaria, para aproveitar a presença,...



O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, quero dizer que plantei com aquela plantadeirinha. O Moka não acredita, mas eu fui agricultor familiar e essa plantadeirinha de cavalo e de maquininha também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, não fui eu que falei. Mas tem Senador que tem jeito de menino criado em apartamento pela avó. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pois bem, o Ministro Pepe informa que deverá ausentar-se até às 10h30min por conta de um compromisso para receber o Ministro da Agricultura do México no seu ministério. Portanto, eu gostaria de comunicar aos nobres Senadores que pudessem ser mais sucintos nas indagações.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Moka. Depois, é V. Ex^a, nobre Senador Figueiró.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meu caro Presidente Benedito de Lira; Presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos; Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Deputado Federal Pepe Vargas, que tem feito um grande trabalho. É inegável a atuação de V. Ex^a frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Meu caro amigo, Ministro da Agricultura Antônio Andrade, também, com todas as nossas dificuldades, mas evidentemente tenho certeza de que V. Ex^a, junto com o nosso Neri Geller... V. Ex^a tem uma sorte grande por ter ao seu lado Neri, que é um grande e profundo conhecedor e está num lugar que, creio, ser de quem conhece, conhece não de ouvir dizer, conhece na prática, está acostumado com a lida, como nós falamos. Isso é importante.

Presidente, permita-me. Antes quero fazer um registro: nesse sábado passado, a convite do ex-Ministro Roberto Rodrigues, eu participei de um grande simpósio que discutiu os nós, assim chamados, do agronegócio, e eu disse a eles que faria esse registro; um seminário de alto nível, em que estive lá o Presidente da nossa Embrapa, que, por sinal, fez uma exposição brilhante e encantou a todos que ali estavam, com debatedores, com perguntas, debate mesmo. E eu disse ao Ministro Roberto Rodrigues – eles queriam saber o nó do Legislativo – que as matérias não são nós em si, há dificuldades nas matérias, umas positivas para o setor, outras criam algumas dificuldades.

Eu disse isso a eles e fiz um convite para que reunissem aqueles empresários, cerca de duzentos, trezentos empresários do chamado agronegócio, para que viessem aqui para a Comissão de Agricultura, para o Senado ou para a Câmara, para que a gente pudesse discutir com eles cada uma dessas medidas aqui.

Eu começaria dizendo aqui que eu ouvi o relato do Senador Sérgio Souza, extraordinário representante do Paraná, mas a gente percebe que, quando o Sérgio fala das dificuldades, ele não está falando necessariamente da atuação



do Ministério da Agricultura. Nós estamos falando de quê? Da infraestrutura, de escoamento de safra, de porto. Quer dizer, claro que isso afeta da porteira para fora, porque nós temos problema dentro dos limites da propriedade e fora, mas a maioria dos nossos problemas – estou falando da agricultura de escala –, o nosso nó górdio está na infraestrutura. Claro que o Ministro da Agricultura exerce um papel importante no sentido de que a gente pressione para que o País crie essa infraestrutura.

O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, não é diferente. Nós precisamos duplicar nossas rodovias, precisamos fazer alternativas de escoamento pelo rio Paraguai, fazer funcionar essa questão do frete fluvial, que tem o escoamento muito mais barato.

Agora mesmo, segunda-feira, saiu um comboio de Mato Grosso do Sul, liderado pelo sindicato do transporte, fazendo um percurso do Mato Grosso do Sul, passando pela Bolívia, pelo Charco paraguaio, a fim de fazer uma alternativa da rota do Pacífico; até em Iquique, que é o porto para navios de grande calado, como eles dizem.

São essas alternativas, esse é o macro. Agora me atento especificamente ao que o Ministro Pepe Vargas disse. Eu costumo dizer, Ministro – eu achei importante, já estive com V. Ex^a lá no Mato Grosso do Sul, –, que eu sempre no Mato Grosso do Sul representei a chamada agricultura de escala, mas, nos últimos tempos, até porque o grande representante do Mato Grosso do Sul, da agricultura familiar, o ex-Deputado João Grandão, hoje Delegado Federal de Desenvolvimento Agrário, não se reelegeu, eu acabei assumindo também a defesa da agricultura familiar e pude conhecê-la mais de perto. Acho realmente que nós avançamos muito, muito.

Gostaria, Ministro Pepe Vargas, que o cuidado que o Governo tem... porque o Governo tem um cuidado, e a gente precisa parabenizar a Presidente Dilma e todo... Mas nós não temos esse mesmo cuidado para com o resto da agricultura. É claro que não dá para comparar as dificuldades do pequeno agricultor, mas um olhar mais de perto, um olhar com preocupação: vamos colocar seguro rural! Hoje, por exemplo, a agricultura familiar está praticamente assegurada, porque não adianta discutirmos isso aqui, a hora que a nossa safra estiver 100% assegurada, não vamos diminuir o crédito, porque não vamos ter o problema, o crédito vai ser mais barato porque não há risco de perda.

Estou falando de crédito oficial, de equalização de juros; temos que colocar isso na conta, quando o Governo vai aportar recurso para o seguro. As próprias indústrias de insumo, aqui lembradas, elas também são as mais interessadas, não haverá mais risco. Isso é fundamental!

Então, R\$700 milhões, houve um avanço – de R\$300 milhões para R\$400 milhões, e depois pede R\$700 milhões. Aliás, eu quero fazer um registro: nós devemos muito disso à Senadora Kátia Abreu. A CNA teve uma participação fundamental – V. Ex^a sabe e o Ministro também –, na discussão dessas coisas



todas. Precisamos avançar mais, estamos assegurando apenas 11% da área num País que é continental. Isso é fundamental.

Queria ouvir se o Ministro Antônio Andrade tem algo em relação... Sei que, para esse ano, reconheço o avanço, mas lembrando que precisamos avançar mais e que isso é uma coisa importante.

No que toca à Conab, especificamente – alguém disse essa questão aqui, acho que foi o Sérgio –, temos uma grande quantidade de armazéns com problema jurídico. É uma pena! Eles estão ali, ociosos, sem receber um grão de nada, e não há uma decisão jurídica; às vezes, pendência que ficou. Recentemente, no Chapadão do Sul, tive um problema lá: os agricultores querem comprar, querem ressarcir o prejuízo, aí nós ficamos numa guerra jurídica interminável! Não faz sentido isso! Não faz sentido isso! E não está aqui alguém querendo facilitar a compra de armazém, tem alguém aqui preocupado com o produtor que precisa daquilo para estocar o seu produto.

Então, Sr. Presidente, meu caro Presidente da Conab, essa questão que saiu, foi amplamente noticiado, de que a Polícia Federal está interrogando, até alguém sendo indiciado nesse sentido. Acho importante, não posso me omitir nisso, porque é um programa fundamental, nessa questão há pessoas extremamente sérias, que fazem, que vendem, que trabalham com o suor do seu corpo, e, de repente, se não tomarmos uma decisão muito forte no sentido de que... Se há desvio, as pessoas têm que ser punidas.

Esse desvio tem que ser apurado, sob o risco, Sr. Presidente, de colocar um programa que tem uma enorme utilidade, que facilitou e muito. Isso é fundamental, sobretudo as cooperativas que fazem isso – são pequenas cooperativas – e colocam o produto. Agora, se há algum espertalhão desviando recurso público e ganhando dinheiro com isso, precisamos apurar isso e colocar, com a maior transparência o que realmente está acontecendo nisso.

Da minha parte, autor do requerimento Senador Sérgio Souza, eu acompanho tudo isso, dou um homem comedido e limitado, e reconheço as minhas limitações, mas quero dizer aos dois Ministros, aqui, que nós do Mato Grosso do Sul, meu Estado... Eu não sou, o pessoal acha..., lá no Mato Grosso do Sul. Pepe Vargas, lembro-me do finado Adão Preto, ele olhava para mim, logo quando cheguei aqui em 1998, e aquela discussão de reforma agrária, aquilo no núcleo agrário e eu presidia a Comissão de Agricultura, ele olhava para mim e um dia ele falou assim: "Esse pessoal lá do Mato Grosso do Sul, esses grandes latifundiários" – olhando para mim, e eu dizia: "Eu represento o Mato Grosso do Sul, mas represento a economia." O Mato Grosso do Sul depende da pecuária, da agricultura. Agora é que estamos industrializando o Estado, e aí há um avanço. Então, dizer a todos vocês que o Ministro colocou: se não é a agricultura – a agricultura familiar... Defendo as cooperativas agropecuárias, que juntam. É impressionante a grande contribuição! E, na hora em que conseguirmos unir essa agricultura de escala com a agricultura familiar... Temos que fazer isso! Não



podemos insistir numa divisão que existe porque são pequenos, mas na prática, temos que tratar isso no Brasil como uma grande agricultura, agricultura de escala, e entender que temos que fazer com que as pequenas propriedades se agreguem através de cooperativas e constituam para comprar e vender em escala. Isso seria fundamental.

O meu questionamento é mais específico em relação à questão da Conab. Queria ouvir o Dr. Rubens. Parabenizo o Pepe, mas, se tiver algum comentário que ache oportuno... E do Ministro eu queria ouvir em relação a seguro, porque o seguro é uma coisa fundamental. Tenho certeza de que, na hora em que superarmos, conseguirmos fazer com que a nossa produção seja 100% segurada – um sonho –, Ministro, estaremos num outro nível, num outro patamar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srs. Ministros Antônio Andrade e Pepe Vargas; Sr. Presidente da Conab, Rubens – meu xará, só que o meu é com n. Eu sou simples, o senhor é múltiplo –; Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério, ilustres depoentes, não vou me alongar.

O Senador Sérgio Souza e o Senador Waldemir Moka, como o fez a Senadora Ana Amélia, já manifestaram a V. Ex^{as} as nossas preocupações. Cabe a mim agora apenas saudá-los e dizer que as ponderações, as indagações e as provocações feitas pelo Senador Sérgio Souza e pelo Senador Waldemir Moka representam também a minha opinião.

Eu gostaria apenas de dizer ao Ministro Pepe Vargas que sou de família ruralista, tanto na agricultura quanto na pecuária, no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Fui secretário de agricultura do meu Estado em determinado período, fui Deputado durante 20 anos, e constituinte da nossa querida Constituição Cidadã.

Com essa bagagem modesta, não resta a menor dúvida, posso dizer a V. Ex^a especificamente que, mesmo como Senador da oposição, posso aplaudir a atuação do Superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari, um homem ponderado, que procura conciliar os interesses do produtor rural e daqueles que almejam um quinhão de terra em nosso Estado.

Desejo também dizer a V. Ex^a, Ministro Pepe, que o delegado que V. Ex^a tem no Estado, João Batista dos Santos, o famoso João Grandão, está realizando uma obra que, no meu Estado, representa a eficiência de sua administração, com a distribuição de equipamentos mecanizados. Ele já deve ter atingido a metade dos Municípios do meu Estado, por sua operosidade. Quero cumprimentá-los pelos dois eficientes representantes que o Ministério tem lá.

Mas, eu gostaria de fazer apenas uma ponderação ainda, que é a questão do georreferenciamento. Os trabalhos nesse sentido estão muito lentos e



seria muito importante, para que trouxéssemos a tranquilidade ao produtor rural, que essa questão fosse definida com a maior rapidez.

Ao Ministro Antônio Andrade, que tive a oportunidade de conhecer neste momento com as minhas homenagens, quero dizer que o meu Estado tem contribuído imensamente na área do agronegócio. Nós devemos ter contribuído, nessa safra, em grãos, com quase 20 milhões de toneladas, ou aproximadamente isso, entre milho e soja, computando as duas safras de milho (o milho da safra e o milho da safrinha). O preço já não está nos preocupando. Hoje, o preço da soja, lá, está na ordem de R\$64,00 o saco. A previsão, se nós tivéssemos as condições de armazenagem, poderia chegar a R\$74,00 ou mais daqui a alguns meses. Então, essa é a nossa preocupação. E a nossa disponibilidade, tanto do milho como da soja, está na ordem de 40%, não obstante a situação da precariedade dos nossos armazéns, tanto dos armazéns oficiais quanto dos armazéns particulares. Nós temos uma disponibilidade de 40%. Tudo o que o Senador Sérgio e o Senador Moka afirmaram corresponde a mais absoluta realidade. É uma preocupação muito grande.

Há a questão, também, dos financiamentos através do Banco do Brasil para a armazenagem privada. Também não está de maneira compatível com a manifestação de V. Ex^a – e estive lá quando V. Ex^a lançou o Plano Safra – e o apoio da Presidente da República. Não está correspondendo. O Banco do Brasil está precisando de mais agilidade nesse sentido. A procura é muito grande, mas os entraves burocráticos estão, também, imensos. Então, são essas as observações que gostaria de fazer.

Lembro, finalmente, que o último programa de armazenagem em Mato Grosso do Sul ocorreu quando eu era Secretário de Agricultura do Estado, de 1987 a 1990. Foram construídos com financiamentos do BNDES cerca de 11 armazéns, em diversas localidades do Estado. Muitos desses armazéns estão em condições muito precárias. São as informações, a título de colaboração, que presto a V. Ex^{as}, exaltando uma vez mais a extraordinária colaboração que V. Ex^a, Sr. Ministro Antônio Andrade, e que V. Ex^a, Sr. Ministro Pepe Vargas, nos deram neste instante. São subsídios valiosos para a nossa avaliação da política agrícola do Governo Federal.

Ao Sr. Neri Geller e ao meu xará Rubens Rodrigues também as minhas homenagens.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Srs. Ministros Pepe Vargas e Antônio Andrade; Sr. Rubens Rodrigues, meu amigo e conterrâneo mato-grossense de boa cepa; companheiro Neri Geller, aliás, um dos pioneiros da região norte do meu Mato Grosso, quero cumprimentá-lo e



parabenizá-lo pelo grande trabalho que tem feito pela agricultura do Brasil, principalmente em Mato Grosso.

Acredito que aqui os meus colegas Senadores já retrataram o quadro do Brasil, cada um, logicamente, especificando suas regiões. Sabemos que o problema maior é o relacionado à logística, ao armazenamento, ao crédito e, sobretudo, ao seguro. Em Mato Grosso, principalmente. O Neri sabe disso.

Estive em Sinop esse final de semana e voltei de carro para Cuiabá. Que loucura aquela estrada! Uma loucura! No trecho entre Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, vi quatro acidentes fatais ceifando a vida de várias pessoas. Aquele dia, parece-me, foi assim meio tumultuado. Foram quatro acidentes. Seis ou sete pessoas morreram naqueles acidentes. Um negócio violento, violento demais. Por quê? Na verdade, não é coisa de agora, é coisa de antigamente. Nós estamos no sentido inverso das coisas que deveriam acontecer.

Nós usamos, hoje ainda, para transportar toda essa riqueza que lá está, o caminhão, enquanto temos grandes rios para os quais se poderia incentivar a navegação. A ferrovia deveria cortar norte-sul, leste-oeste, um País de 8,511 milhões de quilômetros quadrados, com mais de sete mil quilômetros de costa. Quer dizer, um País que optou ainda... E logicamente Juscelino Kubitschek tinha suas razões à época, mas já deu tempo de reverter isso e não o fizemos ainda. Agora que a ferrovia chega a Rondonópolis, e vai demorar muito para chegar a Mutum, para chegar a Sorriso, para chegar a Sinop, o que seria a salvação para todos nós. "Ah, se sair a BR-163 dá para resolver." Não resolve. Nós estamos a mais de dois mil quilômetros de distância de todos os portos.

Aliás, quem consegue produzir em Mato Grosso ganhando alguma coisa é porque é bom de serviço mesmo, porque nós estamos longe de tudo. Longe de tudo! Para vender o nosso produto, é mais barato porque está longe, e o frete come; e para trazer os insumos também é mais caro porque nós estamos no Centro-Oeste do Brasil. Então, Mato Grosso é uma situação difícil.

Graças a Deus nós estamos fazendo... a parte de cá nós estamos fazendo bem. Da porteira para dentro nós somos ótimos, graças a Deus somos. Pegamos aquela região inóspita, difícil, terra que não valia nada, e transformamos num jardim. Essa é a nossa missão. Temos feito o máximo. Quanto à produção, pelo menos a gente tem feito o máximo que pode, o Neri sabe disso. E também temos investido em tecnologia. A Embrapa lá em Sinop foi um avanço espetacular para todos nós. E além do que nós estamos agregando valores. Hoje, por exemplo, está caminhando a passos largos a integração agricultura-pecuária, que é a melhor descoberta dos últimos dez anos. Nada se fez melhor do que isso, aproveitando espaço, agregando valores, quer dizer, a gente está fazendo o melhor.

Mas se na agricultura tudo vai caminhando razoavelmente bem, e a gente está fazendo o máximo, nós não estamos... na verdade o Estado não está avançando em nada, porque nós não temos ainda ninguém investindo, ou muito



pouco sendo investido na industrialização. Então nós vendemos o nosso produto *in natura*, e logicamente ele vai fazer riqueza em outros países, em outros Estados, em outros lugares, menos em Mato Grosso.

Mas sobre a agricultura todos aqui já falaram; e falaram muito bem sobre o assunto. Quem sou eu para falar disso. Quero só agregar ao que eles falaram a minha vontade e aquilo que eu, como produtor rural, também vejo em Mato Grosso.

Mas eu gostaria de falar da pecuária, um pouquinho só. E queria perguntar aos Srs. Ministros e senhores que representam os ministérios, como vai o sistema de rastreamento, o Sisbov, que é um sistema caro, ineficiente, horrível para se trabalhar, você não consegue manter aquilo em dia – eu sou pecuarista também –, você não consegue manter aquilo nunca. Sempre está defasado, sempre está ruim, sempre quando vai vender o boi, está sem brinco. Quer dizer, é um negócio que até hoje não aperfeiçoou, e é difícil de manusear aquilo. Então o Ministério precisava estudar uma forma, com tantos técnicos bons que há aí, uma forma de amenizar o nosso sofrimento nessa linha, porque realmente é muito difícil você estar sempre com o negócio em dia. Então eu gostaria de saber dos senhores o que há nesse sentido.

O georreferenciamento, aqui também fala, já falaram. Mas é um negócio sofrido o georreferenciamento. Você entra com um processo, deixa lá no Incra três, quatro, cinco anos, e o negócio não anda, e o negócio... E fica por ali. Olha, é um negócio, é um sofrimento muito ruim.

Eu acredito que enquanto não se reformular por dentro a estrutura da burocracia do Incra, do Ibama, esse negócio todo, nós vamos sofrer muito, mas muito, bastante mesmo. E logicamente nós vamos desviar a nossa atenção da produção e vamos ficar enrolados na parte burocrática, o que não é bom.

Mas eu quero parabenizar os senhores, principalmente o Ministro Antônio Andrade, que nós conhecemos e sabemos da sua boa vontade. E bem assessorado como está, eu tenho certeza que as coisas vão caminhar. Eu tenho esperança. Ainda sou... Não sou do tempo do Moka, que ainda é daquele tipo de agricultura que ele falou aqui, de cinquenta anos atrás, do arado, eu sou bem mais jovem que ele, evidentemente, mas confio, acredito e tenho certeza que as coisas haverão de caminhar com tranquilidade.

Era o que eu tinha a colocar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Senador Osvaldo Sobrinho.

Concedo a palavra, para as respectivas respostas, ao Ministro Pepe, que tem necessidade de se ausentar.

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Obrigado, Presidente, Senador Benedito de Lira. De fato eu vou cometer aqui uma indelicadeza de falar e ter que sair, porque tenho que receber, agora às 11 horas, a nossa contraparte



do México. O Ministro mexicano está aqui, com uma agenda comigo. Então eu vou fazer a intervenção, saio, mas se ficar alguma pendência...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vai ensinar a ele fazer agricultura familiar lá no México?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Vamos ver a agenda.
(Risos.)

Eu fico inteiramente à disposição dos Srs. Senadores para qualquer questão posterior, enfim, nossas portas estão abertas. Convido-os a nos visitarem sempre que tiverem algum assunto referente ao Ministério.

Eu vou começar pela última questão levantada pelo Senador Osvaldo Sobrinho e pelo Senador Ruben Figueiró, que trataram do geo. Creio que os senhores estão falando da questão da certificação de imóveis rurais e não propriamente dito de regularização fundiária. Mas o processo de certificação é que a legislação determina ao Incra que os imóveis rurais sejam certificados.

A lei define o tamanho dos imóveis que têm prioridade, um prazo no tempo para se certificarem. Depois, na medida em que os imóveis maiores têm que certificar-se primeiro, os imóveis de menor extensão vão chegando posteriormente. De fato, isso era um grande problema, eu queria desde já, Senador Osvaldo Sobrinho e Senador Ruben Figueiró, convidá-los, em uma data que queiram agendar, para irem ao Incra. Nós organizaremos a nossa equipe para apresentar aos senhores o novo sistema de gestão fundiária do Incra.

Primeiro, fizemos uma mudança na normativa, se não me engano, em novembro, final de novembro, início de dezembro do ano passado – era um processo moroso. A Senadora Kátia Abreu, pela Confederação Nacional da Agricultura, justa e corretamente teceu – e creio que os senhores todos aqui, justa e corretamente, teceram – muitas críticas ao sistema. Nós revisamos. Entendemos, naquela época, que o Incra, inclusive, fazia exigências que a lei não estipulava. Porque, basicamente, o que o Incra tem que fazer nesse processo? Tem que receber a peça técnica – quem é responsável pelo Geo é o proprietário, ele contrata o técnico, há o responsável técnico. Ele recebia a peça técnica e tinha que avaliar basicamente se aquele imóvel estava tecnicamente bem georreferenciado, de acordo com as normas geodésicas do Brasil, e ver se nesse imóvel não há superposição sobre outro imóvel. Basicamente, era isso que a lei, em síntese – fazendo um resumo muito resumido –, exigia. Mas o Incra também tentava analisar toda a cadeia dominial, uma série de questões. Ajustamos, e o Incra passou a fazer aquilo que a lei exige e nada mais – depois o restante é outra discussão. E também passamos a trabalhar essa questão do Sistema de Gestão Fundiária, que permite a certificação *on-line*, digamos assim.

Então, eu queria convidar não só os dois Senadores que fizeram referência explícita à questão, mas os demais Senadores que queiram conhecer o Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), que o Incra disponibiliza. Estamos inteiramente à disposição, podemos marcar a data no melhor horário para os



senhores, porque acho que é importante que conheçam isso, pois, de fato, mudou muito. Só para dar um exemplo, de 2004 a 2011, tivemos 8.289 imóveis certificados; então, isso dá uma média de aproximadamente 1.036 certificações por ano.

Em 2012, vejam que, no final de novembro, mudamos a normativa. Até novembro, o ritmo vinha sendo esse de em torno de 1.036 por ano. Só com essa normativa modificada em novembro e dezembro, já em final de novembro, a média de 2012 já pulou para 1.347 imóveis por ano, e, neste ano de 2013, até 5 de setembro – não completamos o ano – certificamos, só em 2013, 9.636. Em 2013, certificamos mais do que em dez anos, devido a essas questões.

Então, acho que a crítica de que não funcionava, de fato, e havia morosidade, é real. A cobrança que a sociedade fazia sobre o Incra era real. E o que quero dizer aqui é que modificamos isso e o sistema hoje... quer dizer, a partir do sistema, a partir do Sigef, a certificação passa a ser *on-line*: o técnico lança no sistema, o sistema roda e, se existe alguma inconsistência, já informa. Então, saímos daquela situação também de circulação de papéis, vamos dizer assim.

Mas, repito, ficamos inteiramente à disposição. A nossa assessoria parlamentar, o Rafael, que é o chefe da nossa assessoria parlamentar, fica inteiramente à disposição, ou o nosso gabinete; podem entrar em contato com o chefe de gabinete. O dia em que os senhores quiserem fazer um visita ao Incra, organizamos a equipe para apresentar aos senhores o que é o Sigef e como está funcionando hoje a certificação de imóveis. Então tivemos, de fato, um incremento importante.

Em relação às demais questões, apenas um breve comentário sobre a questão da infraestrutura. É verdade, nosso País de fato ficou muito tempo sem condições de investir na infraestrutura. Eu vou dizer assim: sem condições de investir na infraestrutura. Nós tivemos uma mudança macroeconômica importante em meados dos anos 90, mas mesmo com essa mudança macroeconômica importante o País ainda ficou, durante um bom período de tempo, sem condições de fazer grandes investimentos. Acredito também que, durante um tempo, a sociedade brasileira e o próprio Governo trabalharam uma ideia de buscar apenas investimentos privados na infraestrutura do País e a gente aprendeu que, embora seja importante atrair investimento privado na infraestrutura, só o investimento privado não é suficiente.

Então, acho que o País aprendeu com isso, o Governo aprendeu com isso, mas a realidade é que por essas questões todas, pela incapacidade do Estado brasileiro fazer investimentos durante um período muito grande – passou de duas décadas praticamente sem grande capacidade de investimento –, a gente, recentemente, tem retomado essa capacidade de investimento público; o plano de infraestrutura do País, só no que diz respeito à logística, prevê R\$242 bilhões. É um investimento importante. Agora, é lógico, nós estamos correndo atrás do prejuízo. Isso é compreensível. E também estamos em pleno processo de



novas concessões, seja em rodovias, seja em portos, aeroportos, enfim. O processo de concessões para a iniciativa privada também investir é importante.

Precisamos também, cada vez mais, pensar uma forma do sistema financeiro privado também financiar a infraestrutura do País porque, se nós formos financiar a infraestrutura basicamente através do BNDES, temos limites para capitalização do BNDES. Esse é um tema muito importante, mas o País vem aprendendo com o passar dos anos. Hoje a gente tem, talvez, uma visão mais equilibrada do Governo e da sociedade, da necessidade de investimento público, da necessidade de atrair investimentos privados de forma mais equilibrada.

Fazer concessão a gente sabe que não é fácil. O Estado também teve que se preparar. Vejam que até há alguns anos engenheiro civil... Chegou a ter filme: o engenheiro que virou suco, porque o engenheiro civil não conseguia emprego no mercado. Hoje, as faculdades de Engenharia Civil voltaram a ser profundamente atrativas, graças a esse novo momento que o Brasil está vivendo. Acho que, de fato, é importante que o Congresso Nacional, que a sociedade cobre celeridade do Governo.

Nós tínhamos carreiras que não existiam, como, por exemplo, analista de infraestrutura, que era uma carreira que praticamente inexistia. Hoje tem até sindicato dos analistas de infraestrutura na estrutura do Estado brasileiro. Então, a gente precisa, de fato, investir mais e construir as condições para ter espaço fiscal para investir a partir do Estado e também criar as condições para o investimento privado complementar. Através do programa de investimento em logística, atrair também o setor privado.

Eu queria dizer, Senador Moka, que as suas colocações são muito importantes, o senhor é um grande amigo da agricultura familiar. Eu tenho certeza que, se o nosso querido amigo Adão Pretto estivesse vivo, acredito que em vida ele teve a oportunidade de reconhecer isso: seu amigo, e dizer que ele tem um filho que segue seus passos, aliás mais de um. Mas um que é Parlamentar, o Edegar Pretto, é Parlamentar no Rio Grande do Sul, é Deputado Estadual, faz um belíssimo mandato e acredito que, muito em breve, ele vai chegar aqui no Congresso Nacional também para fazer honra ao que o pai dele construiu aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional como um todo.

O senhor colocou, Senador Moka, um conjunto de questões que são importantes. Eu acho que o seguro da agricultura familiar, sem sombra de dúvidas, é um exemplo. Queria fazer aqui – permita-me, Ministro Antônio Andrade – um reconhecimento ao Ministério da Agricultura, porque o nosso querido amigo Mendes Ribeiro conseguiu, no Plano Safra passado, criar um seguro para o Pronamp Ano, até um determinado valor que eu não me lembro qual é. E o Deputado e Ministro Antônio Andrade, este ano, conseguiu um importante incremento para subvenção ao prêmio. Mas ainda acho que a gente tem que evoluir, pensar. Acho que, até determinado ponto, tem que haver política pública com subvenção do Estado, mas também nós precisamos encontrar soluções no



mercado para um determinado ponto, um determinado patamar, para o seguro da agricultura ter mais efetividade. Acho que é um debate importante para o País fazer.

Quando foi proposto aquele seguro para o Pronamp Ano, o nosso Ministério foi consultado e nós não só demos o o.k. como demos sugestões. Na época, dialogamos com o Ministério da Agricultura para que tivesse esse seguro para o médio produtor, que vem tendo, nos últimos anos, também uma boa evolução. Até porque o agricultor familiar que dá certo vira um médio produtor. Aquele que vai se tornando dinâmico vai, cada vez mais, elevando o seu padrão de vida.

O Senador Sérgio Souza fez um conjunto de perguntas muito importantes.

A questão das garantias. No caso da avicultura, algumas integradoras fazem uma garantia que permite ao agricultor fazer o crédito dele. Agora, o problema de garantias a partir de determinado volume de crédito é um problema real que pega a microempresa também. Eu tive a oportunidade de presidir aqui no Congresso a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e nós nos detivemos muito no problema de que a microempresa tem também problemas de acesso a crédito por falta de garantias reais. Eu acho fundamental de fato que se pense em alternativas.

O fundo de aval em alguns casos não deu certo, mas pode ser pensado. Um sistema nacional de garantias de crédito eu acho que a gente poderia pensar. A lei da micro e pequena empresa, a Lei Complementar nº 123, previu a necessidade da constituição de um sistema nacional de garantia de crédito, e há experiências interessantes de garantia de crédito, inclusive experiências pilotos, no Brasil, que a gente poderia pensar. Não tem um sistema nacional organizado. Um sistema nacional de garantias de crédito poderia resolver o problema da garantia da microempresa e poderia também resolver problema de garantia – Deputado Marcelo Castro, prazer em vê-lo – também para pequenos produtores rurais. A gente poderia pensar algo semelhante.

O Garantia-Safra, que foi a sua pergunta, é um seguro de índices médios, diferente do seguro mais tradicional da agricultura familiar, onde se eventualmente, por uma adversidade climática por exemplo, há perda da produção e tem que haver um laudo específico para aquela propriedade, no Garantia-Safra a gente faz um laudo por Município. Ele é um seguro de índices médios porque pega a média da produção naquele Município, a média de dez anos, excluídos os dois extremos: o ano de menor produtividade e o ano de maior produtividade. Calculada a média da produção naquele Município, se em determinado ano a produção do Município fica abaixo de 50%, os agricultores daquele Município fazem jus ao seguro Garantia-Safra, desde que o Município, o Estado e o agricultor tenham aderido ao fundo que sustenta o seguro Garantia-Safra.



É muito barato aderir ao seguro Garantia-Safra. Para vocês terem uma ideia, o agricultor que adere paga R\$9,50 por ano, para aderi-lo; o Município paga R\$28,50 por agricultor/ano e o Estado paga R\$57,00 por agricultor/ano; a União entra com R\$190,00 agricultor/ano. Isso constitui um fundo.

Entretanto, quando a sinistralidade aumenta – que é o caso agora da região Nordeste, onde a sinistralidade aumentou muito –, a União acaba bancando a diferença, tanto que este ano – este ano não –, desde o ano passado, nós estamos pagando, religiosamente, todos os meses, cerca de um milhão de agricultores. Novecentos e oitenta mil agricultores familiares do Semiárido estão recebendo o seguro Garantia-Safra. Seriam cinco parcelas, e a decisão da Presidenta foi: enquanto perdurar a seca, continue pagando parcelas do seguro Garantia-Safra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Isso é como se fosse um seguro-desemprego? Mais ou menos, não é? Quer dizer, mesmo ele não tendo produzido, vai receber mensalmente um valor, é isso?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Ele teve uma perda de produção. No caso lá do Nordeste, por seca, uma seca muito severa; e ele recebe esse valor, recebe cinco parcelas. Ele é voltado para agricultores de renda muito baixa, Porque o agricultor de melhor renda já faz um Pronaf, ele tem o seguro do Pronaf. Mas, para esse agricultor de baixa renda ele é importante.

Vejam que no Nordeste hoje nós temos, no Semiárido brasileiro, quase que um milhão de agricultores e desde o ano passado nós abrimos a possibilidade para outras regiões do País. Por exemplo, no sudoeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina e em algumas regiões do Rio Grande do Sul tem havido ocorrência de estiagens mais frequentes e mais prolongadas. Agricultores e familiares de baixa renda dessas regiões poderiam se beneficiar desde que os Municípios e os Estados aderissem. A mesma coisa na Região Norte, quanto ao problema de inundações em algumas áreas da Região Norte que prejudica agricultores poderia ser um bom instrumento, mas é possível. Entretanto, até o presente momento, não houve adesão fora do Semiárido brasileiro do Garantia-Safra.

Habitação rural, que o senhor levantou também, Senador Sérgio, é muito importante. Tem um subsídio muito forte, porque nessa faixa de zero a três salários mínimos o subsídio do Minha Casa, Minha Vida é de 96%. Então nessa faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida.

Não tenho aqui de cabeça, Senador, agora os números de quantos agricultores familiares já fizeram contratos no Programa Nacional de Habitação Rural, mas já é um número significativo. Desde fevereiro deste ano os assentados da reforma agrária também podem se beneficiar do Programa Nacional de o Habitação Rural.

O Selo Combustível Social, que o senhor levantou, é muito importante para a agricultura familiar. Como funciona? Nos leilões de compra que



a ANP (Agencia Nacional de Petróleo) faz, 80% dos leilões são exclusivos para as usinas de biodiesel que têm o Selo Combustível Social, os outros 20% são abertos para todos. Então, na realidade, o mercado é regulado para quem tem Selo Combustível Social. Para ter o Selo Combustível Social a empresa, a usina de biodiesel tem que comprar um determinado percentual que varia, conforme a região do País, da matéria-prima de agricultores familiares. Então, ela comprova através dos documentos devidos que compra a matéria-prima de cooperativas ou de agricultores familiares e aí ela recebe o Selo Combustível Social que é fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e, com isso, ela disputa 80% do mercado de biodiesel. Tem sido muito importante. No ano passado nós tivemos R\$2,1 bilhões de renda para a agricultura familiar em função do Selo Combustível Social. V. Exª tem razão, ele funciona muito no Sul e no Centro-Oeste, funciona menos no Nordeste. No Nordeste brasileiro há um problema, porque a questão da mamona é complexa. Temos praticamente só a Petrobras Biocombustível atuando no Nordeste, a iniciativa privada participou pouco. Se não me engano, agora a Petrobras Biocombustível, houve uma empresa privada que se instalou lá na Região Nordeste.

Nós queremos diversificar não só na soja, mas na mamona. Palma de óleo também é importante. Palma de óleo na Região Norte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Óleo de palma?

O SR. GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS – Óleo de palma ou palma de óleo, tanto faz, o dendê, se quisermos falar também de forma mais popular. Também acredito que na Região Norte vai haver projetos importantes. A PBio também está instalando lá, a iniciativa privada também está indo para lá. Acho que é um programa muito importante. Mas a preocupação de V. Exª é a mesma nossa, a gente quer diversificar para não ficar só na soja, para ir para outras culturas. Ainda há um trabalho grande pela frente.

Por fim, eu queria aqui agradecer a oportunidade de poder falar aqui todas essas questões. Acredito que tanto para o Governo do Presidente Lula como para o Governo da Presidenta Dilma não há essa oposição entre agricultura familiar e agricultura de escala empresarial. Quer dizer, o Governo brasileiro tem políticas públicas, tem apoio tanto para agricultor de escala industrial como para agricultor familiar. É lógico que assim como a microempresa e a grande empresa, o Estado brasileiro tem que ter um olhar diferenciado para micro e pequena empresa, também tem que ter um olhar diferenciado para o pequeno agricultor. Então, o pequeno produtor sempre, em qualquer política pública, terá mais subvenção econômica, terá mais subsídio. Mas isso é, inclusive, um princípio constitucional. O importante é que o Brasil é um grande produtor de alimentos, é um país que garante a segurança alimentar e nutricional da sua população e é um país que, inclusive, tem a sua soberania alimentar garantida. Nós somos um grande produtor de alimentos para o mercado interno e também produzimos



alimentos que contribuem para a pauta de exportações, para a nossa balança comercial. Por isso, viva a nossa agricultura brasileira, seja a familiar, seja a agricultura de escala empresarial!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Gostaria, antes de V. Exª se ausentar, de cumprimentá-lo.

Em nome da Comissão de Agricultura do Senado Federal, queria trazer os nossos cumprimentos, considerando que V. Exª tem demonstrado, nesse período em que está à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vontade muito grande de fazer com que a agricultura familiar possa realmente ocupar o espaço que tem ocupado. Em função do seu trabalho, da sua capacidade, da sua equipe técnica, a agricultura familiar hoje do Brasil tem uma visibilidade totalmente diferente de alguns anos atrás, pela determinação inclusive da Presidente Dilma, de fazer inserção de recursos com mais eficiência nesse setor. É evidente que o setor primário brasileiro, ou seja, o agronegócio nacional, hoje começa na agricultura familiar e vai até a agricultura de mercado.

Então, eu queria, Ministro, dizer a V. Exª dos nossos agradecimentos e colocar a Comissão à disposição do seu ministério no que pudermos ajudar em função da nossa relação legislativa aqui no Senado Federal. Em outras oportunidades, voltaremos a conversar, porque a agricultura hoje é uma atividade dinâmica e que exige não só a eficiência e a capacidade de cada um dos gestores à frente dos ministérios, como também exige de todos nós ações: que possamos colaborar, ajudar, para que possamos ter uma agricultura mais pujante do que ela é, porque realmente este País é uma coisa fantástica, e a capacidade de contribuição, capacidade de trabalho do homem do campo merece todo o nosso respeito e atenção especial dos órgãos do Governo que cuidam da agricultura.

Como disse o Senador Sérgio Souza – e todos nós temos feito essas observações –, se não fosse o agronegócio, não ocuparíamos determinadas posições que ocupamos, e o nosso PIB, infelizmente, quando não tem tido maior desenvoltura, é o agronegócio que ainda lhe dá sustentabilidade.

Por isso, Ministro, receba os nossos cumprimentos, e muito obrigado pela presença de V. Exª nesta Comissão. Parabéns também pelas manifestações e informações que deixou aqui para os Senadores da Comissão de Agricultura e para o Senado Federal.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, na sequência, ao Ministro Antônio Andrade para responder as indagações formuladas por S. Exªs os Srs. Senadores.

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Quero, primeiro, responder ao Senador Sérgio, que perguntou sobre a agregação de valores aos nossos produtos. Primeiro, o Senador Moka diz muito bem que os nossos grandes problemas estão fora do Ministério da Agricultura. Dentro do ministério, a gente tem contornado todas as situações.



O Senador Sérgio não está aqui presente, teve de sair, e a assessoria deve anotar as respostas. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

Primeiro, a agricultura, o agronegócio, tem crescido muito, acima de qualquer índice econômico neste País. Nós crescemos, do ano passado para este, ano 11%. Esse foi o crescimento que nós tivemos do agronegócio do ano passado, 2012 para 2013.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO ANDRADE – Taxa chinesa. O agronegócio tem crescido à taxa chinesa, tem crescido muito. E é evidente que o setor industrial não tem crescido nesse mesmo ritmo. Por exemplo, agora, temos exportado muito a soja e o milho e não temos exportado farelo de soja e óleo, porque o farelo de soja fica muito mais para abastecer o mercado interno. Nós tivemos um aumento no farelo de soja, do ano passado para cá, em que o pique de farelo de soja chegou a R\$1.290 a tonelada. Este ano já ultrapassou os R\$1.480 a tonelada do farelo de soja, um aumento substancial.

Nós aumentamos muito a nossa exportação, tanto de soja como de milho. Recordo bem que havia uma previsão de chegarmos a exportar, este ano, 15 milhões de toneladas de milho; vamos ultrapassar os 20 milhões de toneladas de milho.

Nós trabalhamos no sentido de agregar valores ao nosso produto. Não gostaríamos de exportar nenhum grão de soja nem de milho, gostaríamos de exportar farelo de soja, óleo de soja, a carne, os valores agregados.

Nós estamos aumentando a nossa exportação de carne. Nós aumentamos, só no mês de julho, exportamos mais carne bovina, 20%, 19, 5% em relação a julho do ano passado.

Agora, neste momento, tem uma reunião no Ministério com todo o setor com relação à exportação para a Rússia. Deve estar acontecendo a reunião agora com o setor e com os frigoríficos que são questionados pelos russos.

Nós abrimos o mercado onde estava a Argentina, conversando com o Ministro do México com relação à exportação de aves e foram credenciadas 11 plantas aqui no Brasil; e nós fizemos o pedido para que credenciassem as 42 que o Canadá também credenciou. Já que está no Nafta e tem o mesmo comportamento, que credenciasse todas as plantas nesse sentido. Abrimos agora... acabamos de abrir o mercado japonês para a carne suína. Então, nós estamos aumentando e vamos agora, em breve, à Coreia, ao Japão, à própria China, para aumentarmos as nossas exportações.

Vamos receber, agora no mês de novembro, outubro, a Comunidade Europeia, que vem cá fazer algumas visitas. Então, nós estamos estudando e verificando e aumentando as nossas exportações, agregando valores, exportando a carne. Somos os maiores exportadores de frango e queremos também caminhar para ser um grande exportador, o maior exportador de carne suína. Então é uma forma de agregar valores. E outra é trabalhar justamente com o setor industrial



para esmagar mais soja e termos condições de exportar farelo de soja e óleo de soja.

E os problemas nossos – o Senador Moka diz muito bem – estão fora do Ministério. A infraestrutura – a logística que nós estamos agora combatendo – está toda fora do Ministério. Está nos Portos, que foi a Medida Provisória 595. Vocês ficaram 36 horas, a Câmara ficou 36 horas para aprovar, foi aprovada, vai modernizar os portos. O Senador Sérgio diz muito bem, alguns navios ficam atracados esperando para ser carregados, nos portos nossos; temos um custo da porteira para fora, do transporte da soja de US\$190 enquanto os americanos têm US\$40. Isso nos custa muito.

Mas as questões da porteira para dentro nós estamos estudando, através da Embrapa, com as pesquisas, com a ASDA. Nós temos feito todo esse trabalho com muita eficiência. Os nossos técnicos, os técnicos agropecuários cuidam rapidamente de fazer todos esses cuidados.

Por exemplo, hoje, daqui a pouco – eu quero até pedir licença aos Senadores, ao Presidente –, nós estaremos reunidos com os laboratórios, os LANAGROs, justamente para fazer investimentos e ter os laboratórios mais modernos do mundo, que são os nossos LANAGROs. Nós já fomos autorizados para o investimento de R\$120 milhões para modernizar, tornar os laboratórios mais eficientes. Nós temos a reunião, os seis diretores-gerais estão no Ministério onde teremos reunião daqui a pouco, para ver esses investimentos e o que é necessário para se ter os laboratórios mais modernos do mundo.

Nós sabemos que tem que trazer tranquilidade tanto aos consumidores brasileiros como aos consumidores internacionais, para poder ter garantia nas nossas exportações e a garantia no consumo interno.

A Conab, os armazéns. Armazenagem foi levantada pelo Senador Ruben, sem o s, Figueiró, sem o s (*Risos.*) Nós fizemos recentemente uma reunião com todo o sistema financeiro brasileiro – BNDES, Banco do Brasil, Associação dos Bancos Privados – justamente para agilizar. Nós não queremos que o recurso seja colocado nos bancos e que os bancos não movimentem esse recurso.

O Banco do Brasil está até fazendo uma propaganda na televisão. O senhor tem visto aí a propaganda na televisão sobre a questão da armazenagem. E nós temos cobrado lá na ponta. O Neri tem cobrado, eu tenho cobrado, na ponta, se os recursos estão chegando, e começaram a chegar. Mais de 200 milhões já foram contratados para armazenagem – mais de 200 milhões. E queremos que esse recurso chegue o mais rápido possível. Duzentos milhões é um valor grande se comparado, que é o início; mas são R\$5 bilhões a serem locados, nesses próximos meses, para completar os 12 meses do Ano Safra.

Tivemos algumas dificuldades, como as questões ambientais, que estão sendo sanadas. Reclamaram que, quando há uma questão ambiental com o produtor, eles também são corresponsáveis. Estamos resolvendo todas as



questões ambientais, para que o financiamento chegue o mais rápido possível na mão do nosso produtor. Não queremos aquilo que a Senadora Ana Amélia falou, dentro de cinco anos; essa fotografia de produtores armazenando a céu aberto e olhando para o tempo, torcendo para chover na lavoura e torcendo para não chover onde o produto está armazenado. Quer a chuva para iniciar o plantio, mas não quer a chuva para deteriorar o produto deles.

Então, esses armazéns estão sendo feitos com a rapidez que nós precisamos que sejam feitos. É claro que há uma inércia e, nesse início, a coisa anda devagar, tanto os armazéns públicos quanto os armazéns privados. Nos armazéns públicos, o Banco do Brasil também tem acelerado. Nós temos cobrado rapidez. O cronograma de atendimento estava um pouco atrasado. Cobramos que atualizassem esses cronogramas. Temos feito reuniões periódicas para atualização dos cronogramas dos armazéns públicos e liberação rápida dos recursos para o setor privado.

O Moka falou muito bem a respeito dos problemas da agricultura, que estão muito mais lá fora do que da porteira para dentro. Da porteira para dentro, nós somos bastante eficientes. Estamos aumentando a nossa eficiência, a nossa produtividade, produzindo soja hoje com a eficiência melhor do que a dos americanos, com a produtividade maior, tanto que, este ano, a produção americana de soja com a brasileira foi igual. Achávamos que até ultrapassaríamos e perdemos por algumas mil toneladas, não mais por milhões de toneladas, mas por mil e poucas toneladas, mais de mil toneladas. Acreditamos que, nessa safra 2013/2014, nós vamos ultrapassar os americanos. A previsão é otimista, com aumento de área, aumento de produtividade. Estamos aumentando a produtividade do milho, principalmente na região do Mato Grosso, onde a produtividade deste ano já chegou, na safrinha, a cem sacas por hectare, e acreditamos ter espaço muito grande para aumentar essa produção.

O Diretor da Conab, eu vou deixar aqui... Eu estava na Argentina, conversando com os Ministros. Temos interesse de conversar. Fiquei dois dias na Argentina, cheguei ontem à noite. Alguns assuntos são muito importantes para nós, como essa política de alimentação, o PAA, em que o diretor foi acusado. Você disse muito bem, Moka, o diretor teve uma acusação. Eu não conversei, não tive a oportunidade ainda de conversar com o nosso Presidente Rubens a respeito do assunto, mas o que nós temos feito é que, dentro do Ministério, o nosso Secretário de Política Energética está afastado até que se apure o que aconteceu no Ceasa. Acreditamos que não tenha acontecido absolutamente nada. A apuração deve terminar dentro de duas, no máximo, 15 dias, mas ele está afastado. O Presidente do Ceasa foi afastado. Um diretor que vai agora assumir teve uma acusação e o afastamos também até que se apurassem as questões de que ele era acusado. Não houve nada, absolutamente nada, foi isento de tudo, ele já vai tomar posse de hoje para amanhã. Assim acreditamos que tudo dentro do



Ministério da Agricultura tem que ser o mais transparente possível. Se vamos lidar com coisas públicas, temos que ser o mais transparente possível.

Vamos conversar a respeito do Diretor da Conab, que está lá há mais de dez anos. Não foi o Rubens que colocou, não fui eu que coloquei, é o Diretor mais velho da Conab, e nós acreditamos, no primeiro momento, que ele não tem culpa, mas temos que conversar a respeito disso. Há toda a transparência; o recurso público deve ser tratado com toda transparência possível.

Quanto ao seguro agrícola, nós estamos avançando. Avançamos em termos de 400 milhões para 700 milhões. Não seguramos todas as áreas. Estamos conversando com o setor para modernizar a forma de aplicar o seguro. Acreditamos que os fornecedores de insumos querem participar do seguro, querem ter a garantia do recebimento do que vende. Portanto, estão interessados – temos conversado com eles – em criarmos um fundo que possa garantir às seguradoras quando houver uma catástrofe em nosso País.

Então, estamos modernizando e queremos modernizar, ouvindo todo o setor, produtores, fornecedores, todo mundo para poder modernizar a forma de seguro e não ter o seguro tradicional como temos feito. Apesar de todos os esforços do Governo. Quer dizer, mudou de 400 para 700 milhões o seguro este ano, o que já foi uma evolução muito grande. No ano passado, passou de 300 para 400 milhões. Este ano, de 400 para 700 milhões. Mas deveremos, para a próxima safra 2014/2015, ter um alcance maior. Estamos conversando com todo o setor nesse sentido e acreditamos já poder fazer alguma coisa inovadora. E queremos sugestões, Moka e vocês que são bastante interessados, talvez possam nos ajudar no sentido de modernizar a aplicação do seguro.

O Senador Osvaldo Sobrinho diz sobre o Sisbov, que é o rastreamento, que é complicado. Também sou um pequeno proprietário e tentei colocar o Sisbov, mas cai brinco, boi coça, o brinco some. Na hora em que você vai vender, a coisa complica.

Nós hoje recebemos dois preços do bovino, se é fêmea ou se é macho. Só isso, mais nada. Se mandamos macho, é tanto, a fêmea é tanto. E isso não motiva os produtores a melhorarem seus rebanhos. Até um boi com a carne melhor, e isso não motiva os produtores brasileiros a melhorarem o seu rebanho.

Queremos implantar, e estamos trabalhando nesse sentido, a tipificação de carcaça. Mas tem que haver um acordo com o setor privado, dos produtores com os frigoríficos, e o Ministério da Agricultura ser o avalizador, fornecer todas as informações, mas ser o avalizador disso.

Cito como exemplo o tipo do leite – porque se produzia leite do tipo A, B e C, pronto. Depois, ficou o leite quase que do tipo C e o B, o industrial e um para consumo, e o outro leite sumiu, ficou só o leite tipo C. Não se era motivado à qualidade do leite. Isso já mudou. Hoje se produz e se paga pela qualidade do leite, sódio, células somáticas, volume de produção, e o preço básico do leite fica lá embaixo e depois se vão agregando valores à medida que há o cuidado com a



qualidade do leite. Isso deve acontecer com a tipificação da carcaça também na agricultura.

Hoje quem exige o Sisbov, essa rastreabilidade, são os europeus. Os outros mercados não exigem essa rastreabilidade. Por isso não tem evoluído muito. Temos conversado com o setor e tem sido dito pelo setor que isso não é prioridade para eles. Listaram algumas prioridades, o que é prioritário. Disseram: "Nós pagamos mais caro para o boi rastreado em relação aos não rastreados somente quando vamos exportar para a Europa, quando temos de mandar a carne para a Europa".

Eu confesso que não temos dado a prioridade de que às vezes o setor precisa, mas estamos priorizando essa tipificação, que é importante e uma motivação ao nosso produtor.

Recordo bem, Moka, o boi nosso quando atingia 14 arrobas com cinco anos era uma maravilha; hoje o boi, quando não atinge 17 arrobas com 2 anos, o produtor está querendo vendê-lo rapidamente – "tira esse boi porque está me dando prejuízo" –.

Então, diminuimos o tempo e aumentamos o peso do boi. Hoje se vende o boi com 21, 23 arrobas, com dois anos e meio, que é a vontade de vender o boi. Essa tipificação vai motivar o produtor a fazer isso.

Da Anagro eu acabei de falar.

Acho que era isso que eu tinha que falar.

Mas eu quero dizer, com muita alegria, Senador, que o agronegócio negócio vai bem, da porteira para dentro está indo muito bem. Há outras questões ainda, como Ministro Pepe falou muito bem, que nós temos que enfrentar e estamos enfrentando. Agora, a agricultura tem crescido muito. Neste ano, cresceu 11%; e, no ano passado, também cresceu acima de qualquer índice. É claro que a velocidade...

O setor público tem investido em infraestrutura, em portos, mas não tem acompanhado o crescimento da nossa agricultura, do nosso agronegócio. Mas eu ouvi o setor produtivo de máquinas e equipamentos dizer que, neste ano, nós vamos bater o recorde de venda de máquinas e equipamentos, porque estão vendendo muito bem. E falei que a grande preocupação que eles têm hoje não é mais com a venda. Há alguns anos, era preciso ir atrás para vender a máquina. Hoje, a grande preocupação do setor é com a produção e a entrega, porque não se acha pronta-entrega nem equipamento nem mão de obra. É preciso produzir e entregar. Isso, para nós, é um grande feito.

Então, o agronegócio tem agido diretamente tanto no agronegócio como na indústria, porque tem ajudado o setor industrial, com caminhões, carregadeiras, tratores, plantadeiras, todos os nossos equipamentos. Hoje, o produtor preocupa-se muito mais com a entrega do que com a comercialização.

Muito obrigado, Presidente.

E eu queria, Presidente, se me permitir, discutir outro assunto.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não tenha dúvida, Ministro.

Eu vou agradecer a presença de V. Ex^a ao tempo em que...

O SR. ANTONIO ANDRADE – Presidente, o senhor me desculpe. Preciso dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Há uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANTONIO ANDRADE – O Senador Eduardo Suplicy perguntou a respeito da banana. Ele esteve comigo, juntamente com o Senador Luiz Henrique, tratando da importação da banana.

Eu quero dizer a ele que ainda não terminamos os trabalhos, e, por enquanto, nós ainda não autorizamos nem vamos autorizar a importação da banana do Equador.

Pode ficar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Ministro, há banana aqui para abastecer o mercado. Buscar banana de outro país prejudica o produtor local.

O SR. ANTONIO ANDRADE – Há uma pressão de todo mundo porque hoje a balança comercial com o Equador é de sete por um: nós exportamos sete vezes mais do que o Equador importa do Brasil. Mas eu quero dizer que há alguns estudos a serem feitos pelo Ministério da Agricultura. Enquanto não se concluírem esses estudos, nós não podemos autorizar nenhuma importação de banana.

Quanto à laranja, o Pepro da laranja está sendo feito. Nós estamos incluindo a laranja na PGPM e estamos pagando – é isso, Rubens? – o Pepro da laranja do ano passado. E a laranja está incluída na PGPM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Como eu estava dizendo, quero agradecer a presença de V. Ex^a nesta Comissão ao tempo em que o cumprimento pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Ministério da Agricultura, apesar de estar lá há pouco tempo. E, particularmente, Ministro, eu queria aproveitar esta oportunidade pública para agradecer a V. Ex^a pelo trabalho, pela ação desenvolvida pelo Ministério no que diz respeito a tornar o Brasil uniforme com relação à aftosa. Nós tínhamos um Brasil livre de aftosa com a vacinação, um outro Brasil proibido com barreiras ainda de aftosa, e, em outro pedaço do Brasil, havia uma parte livre e outra prejudicada.

V. Ex^a, recentemente, em agosto próximo passado, fez uma visita ao Nordeste, particularmente ao meu Estado, e todos nós ficamos muito felizes. V. Ex^a teve a oportunidade de ver lá a manifestação, a vontade e o entusiasmo do agricultor e do pecuarista do pequeninho, mas valente Estado de Alagoas. E eu queria aproveitar esse ensejo para lhe agradecer o trabalho a que o senhor deu continuidade depois de outros Ministros que por lá passaram, mas o dono da obra



é aquele que coloca a placa. E eu queria cumprimentar V. Exª por isso, porque o meu Estado, por exemplo, passou nove anos – nove anos, não –, dezenove anos, esperando aquela oportunidade.

Muito obrigado ao senhor. Em nome desta Comissão e dos pecuaristas e agricultores de Alagoas, receba os nossos cumprimentos.

V. Exª está liberado para cumprir a sua agenda. Ficarão aqui o Presidente da Conab e o Secretário Neri Geller, para o Presidente da Conab dar as informações que foram solicitadas pelo eminente Senador Waldemir Moka.

Muito obrigado, Ministro.

Tem a palavra o Presidente Rubens Rodrigues dos Santos para responder às indagações formuladas pelos Senadores.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS – Meus cumprimentos ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Moka.

Inicialmente, algumas considerações do Senador Sérgio Souza a respeito da armazenagem. A Medida Provisória 619 autorizou a Conab a contratar o Banco do Brasil, inclusive do RDC, para que pudesse fazer os investimentos nas unidades armazenadoras próprias e também na construção de 10 novas unidades, já mencionadas pelo Ministro Antônio Andrade, e na recuperação de 84 unidades armazenadoras próprias que são unidades, muito bem citadas pelo Senador Ruben Figueiró, da década de 70 e da década de 80, obsoletas e que vão ser todas modernizadas.

As unidades citadas pelo Senador Sérgio Souza, notadamente unidades do norte do Paraná, principalmente de Rolândia e Apucarana, são oriundas do IBC. Eram unidades preparadas para receber café e café ensacado. São unidades que agora vão receber investimentos para terem a capacidade de receber produtos a granel também.

Para vocês terem noção, da capacidade estática da Conab hoje de 2,4 milhões de toneladas, de fato a capacidade real nossa é em torno de 1,2 milhão de toneladas em decorrência de falta de investimentos nessas unidades no decorrer dos anos.

Paralelamente a isso, como muito bem citado pelo Senador Ruben Figueiró, esses investimentos na década de 70 e na década de 80, algumas dessas unidades hoje estão dentro das grandes cidades, a exemplo do que o Senador Osvaldo Sobrinho citou e que o Dr. Neri Geller conhece muito bem, uma unidade que hoje está dentro de Sinop, que é uma grande região produtora. Então, não vale a pena, além de Sinop e outras unidades, essas unidades que não têm nem como se fazer expurgo ou tratamento fitossanitário não vão receber investimentos. Essas unidades vão ser alienadas e uma construção de uma nova unidade em algum distrito agroindustrial próximo a isso, onde não interfere no perímetro urbano ou algo similar. Então, para modernização dessas unidades no Plano Safra foram destinados R\$150 milhões e R\$350 milhões para construção de 10 novas unidades.



Só lembrando que nós temos a unidade de Ponta Grossa, que é a maior unidade armazenadora da América Latina, e hoje a estamos utilizando pela metade da sua capacidade estática exatamente por falta de investimentos. E esperamos que essas obras já iniciem a partir de março, em abril, porque o contrato com o Banco do Brasil já foi assinado. A expectativa do próprio banco, numa reunião que tivemos ontem, é de que já na próxima semana eles publiquem os editais para contratação dos projetos. Então, de fato, que tenhamos celeridade na execução dessas obras a partir do próximo ano.

Relativamente às colocações do senhor, Senador Moka, de fato o senhor tem razão quando coloca as próprias dificuldades. Agora o senhor imagina eu que venho de um banco em que eu era da área de recuperação de crédito; imagina a angústia, a agonia quando depara com uma situação dessas de dívidas oriundas da década de 90 e da dificuldade que era o recebimento dessas dívidas, como o senhor mesmo teve a oportunidade de acompanhar um caso concreto.

Então, nós temos dívidas de três naturezas: relativamente à questão de quebra no contrato chamado contrato de quebra zero; nós temos dívidas financeiras que foram de armazenadores que renegociaram com a Conab, e não honraram essas dívidas, segundas dívidas; e temos dívidas originárias por desvio de produto ou algo similar.

E hoje, Senador, nós não temos nenhum marco, nenhum normativo que possibilite a negociação dessas dívidas. Nenhum, vou fazer uma vírgula, porque foram contempladas também na medida provisória – isso aí já agradeço ao senhor, graças à atuação do senhor isso foi contemplado na medida provisória – algumas prerrogativas que vão possibilitar à Conab fazer uma renegociação dessas dívidas. Só lembro que nós temos em torno de 5 mil devedores nessas condições e um valor histórico ou um valor original em torno de 292 milhões e, com certeza, em boa parte disso vão ter interesse a partir do momento em que nós possamos ter condições de renegociar essas dívidas. Esse é um marco importante. Volto a frisar que nós não tínhamos nenhuma prerrogativa para fazer essa renegociação com esses armazenadores, seja pessoa jurídica ou pessoa física. Então, realmente foi um avanço significativo.

Eu considerava essa situação, Senadora, até certo ponto, um pouco constrangedora a partir do momento em que nós éramos procurados, e nós ficávamos de mãos atadas, sem ter condições de fazer nada, até mesmo um processo de negociação pelas dificuldades disso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, em casos específicos, a Conab, quer dizer, o Governo, está perdendo. O produtor... Porque eles têm necessidade do armazém. Se alguma coisa aconteceu, se estava endividado o cara, se faliu, pessoas se reúnem para dar uma solução para o problema, e nós não conseguimos vencer essa burocracia. Isso realmente... Estão aí precisando de armazém, com armazéns ociosos, e nós não conseguimos vencer a burocracia, até porque o Governo vai receber ou em



produto ou em valores mesmo. Não há como explicar para os produtores por que aquilo não avança. Aí, muitas vezes, um cidadão lá não conhece absolutamente nada, só se atém àquilo ali, não quer nem entender o que está acontecendo. Às vezes, a questão passou por todas as diretorias da Conab, foi negociada, conversada, e o cidadão dá um parecer que emperra e a gente fica sem saber o que dizer para os produtores.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS – Nós entendemos que isso agora está superado, Senador. Com o contexto que foi aprovado, nós entendemos que agora temos condições de renegociar todos esses casos.

Relativamente àquilo que V. Ex^a coloca também, Senador, ao fato ocorrido no Paraná, no final do ano passado, nós recebemos um ofício da Polícia Federal solicitando alguns documentos. Prontamente nós atendemos. Foram em torno de 17 mil cópias de diversas operações e, mais precisamente em maio, junho deste ano, nós mandamos uma equipe de fiscalização para fazer o trabalho em alguns projetos lá no Paraná. A fiscalização foi a campo e produziu relatório. Estavam em análise esses relatórios produzidos ainda.

Concretamente, o que cabia à Presidência, sim, o que nós tivemos conhecimento na terça-feira foi que todos aqueles empregados ali citados foram afastados imediatamente, inclusive o superintendente. Então, o que cabia foi feito. Estou acompanhando pessoalmente esse caso exatamente para que nós possamos dar transparência. Não tenho maiores informações, porque o inquérito está em segredo de justiça. Então, assim que as tenha, vou dar maiores esclarecimentos sobre o fato.

A intenção da Conab é exatamente que se dê transparência, que se apurem os fatos, que os responsáveis sejam punidos, porque nós não podemos penalizar um programa como esse por uma questão isolada, como foi esse caso citado. E eu faço questão de acompanhar de perto o desenrolar desse processo, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, eu sei que não era motivo, não era objeto da audiência pública, mas eu acho que não podemos nos omitir em temas como esse, até porque, como insisto em dizer, há cooperativas e gente muito séria fazendo esse trabalho junto com a Conab. Então, essa é uma questão que tem de ficar absolutamente esclarecida. E, em relação às pessoas envolvidas, se não tiverem culpa, mais um motivo para inocentar essas pessoas que, hoje, estão sendo acusadas também.

Senador, eu não estou absolutamente querendo acusar ninguém. Eu só acho que nós precisamos acompanhar isso, e o Ministério da Agricultura, em especial a Conab, tem de dar absoluta transparência sobre o que, de fato, está ocorrendo.

O SR. RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS – Com certeza, Senador.



Além disso que V. Ex^a está colocando, assim que nós tivermos conhecimento de todo o inquérito e tudo mais, já tendo feito essa primeira parte e conhecendo todo o processo, isso será importante até para uma eventualidade.

E lá na Conab nós criamos agora, no início do ano, Senador, uma área, de cuja criação eu tive o privilégio de participar, que é a área de controles internos da Caixa. Então, uma área que eu criei, agora em janeiro, na Conab, foi a área de controles internos da Conab, e tem dado bons resultados.

Então, eu digo que o controle nunca é perfeito, mas ele precisa ser aprimorado para vermos exatamente onde é falho, em relação a essas questões do controle, e para corrigirmos isso que V. Ex^a coloca.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais quem queira falar, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu queria aproveitar o momento para cumprimentar o Presidente da Conab pelas informações prestadas, ao mesmo tempo, agradecer a presença do companheiro Neri Geller, Secretário de Política Agrícola, e dizer que a Comissão está à sua disposição.

Muito obrigado aos Senadores.

Está encerrada esta presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)